

tempo e presença

Publicação de KOINONIA • Nº 297 • Janeiro / Fevereiro de 1998 • R\$ 3,00

BRASIL CONSTRUINDO ALTERNATIVAS

CONSULTA POPULAR
DEBATE PROJETO POLÍTICO

ECONOMIA E TRABALHO

ECUMENISMO NA
VIRADA DO SÉCULO

BOLSA
DE
VALORES

ACEITAR O DESAFIO

Estamos começando um ano em que estarão presentes nos debates políticos, nos movimentos sociais e nas nossas preocupações pessoais muitas indagações sobre o futuro do País e sobre os caminhos a percorrer para a superação dos graves e dramáticos problemas que enfrenta. Urge que se tenha a coragem de romper com a idéia, cada vez mais generalizada, de que no momento só nos restam alguns "aperfeiçoamentos" ao projeto político vigente, o qual está irremediavelmente comprometido com a ordem econômica internacional. Desqualifica-se qualquer oposição ao modelo imperante e temas considerados fundamentais como desigualdades sociais, solidariedade, identidade cultural, participação popular, perderam relevância e oportunidade. Criou-se um ambiente de descrédito às possibilidades de modelos alternativos e ao mesmo tempo cinicamente cobra-se a falta deles.

O clima de acomodação passa a dominar extensas camadas da sociedade, e se justifica essa atitude de conformismo com o nome de realismo. Enquanto isso, cresce o número de excluídos da sociedade, as desigualdades aumentam, a crise de identidade social de muitos se agrava e a insegurança dos que ainda têm a sorte de estar empregados é cada vez maior.

É preciso prosseguir com ousadia e com a convicção de que é possível construir-se alternativas para o desenvolvimento nacional, sem a subordinação ao capital especulativo internacional, sem o cativo às regras do mercado, sem a manutenção inexorável da hegemonia das forças políticas e econômicas que mantêm o atual regime.

No âmbito da economia há que se buscar novas formas de ver o idolatrado mercado, e constatar a evidência da inadequação do discurso de aceitação do livre-cambismo, da desregulamentação e da privatização dos bens públicos e da ampla liberdade de circulação do capital internacional volátil e especulativo.

No mundo do trabalho as mudanças gradativamente introduzidas afetam de forma dramática milhões de trabalhadores que vivem em total inse-

gurança quanto ao futuro. Há um uso e abuso das formas de precarização das relações de emprego, sempre desfavoráveis ao trabalhador. Os sindicatos sofrem críticas de que se tornaram organizações atrasadas e inadequadas à nova ordem econômica e colocam-se em posição defensiva. Não há que se desconhecer que o mundo do trabalho vive outro momento e que portanto novas formas de relações precisam ser construídas, sem entretanto abdicar-se da ótica e dos interesses dos trabalhadores.

Às forças populares também apresenta-se o desafio de revisão da estratégia, das táticas e da ação que o momento atual exige. É preciso se estar consciente de que não basta formular o objetivo final da luta — a construção de uma sociedade mais justa, democrática e alegre. A questão é mais complexa, exige-se certa clareza no desdobramento do processo, indicando-se os objetivos intermediários e o seu encadeamento rumo ao objetivo maior, com as ações correspondentes para cada momento.

As igrejas, como organizações importantes na sociedade, também têm que ter a coragem de se posicionar diante da atual conjuntura. Felizmente tivemos alguns indícios de sensibilidade política e social nestes últimos meses: a posição do Vaticano a respeito das questões da terra, as interpelações do Sínodo da América sobre as perversidades da dívida externa, do neoliberalismo, do narcotráfico, etc, a Campanha da Fraternidade discutindo o tema educação e cidadania, e a marcha do movimento ecumênico neste final de milênio. Além de declarações e intenções temos algumas realizações significativas de organizações ecumênicas.

Num ano tão desafiador, TEMPO E PRESENÇA brinda os leitores com excelentes subsídios para reflexão e debates. O objetivo, que se renova e se fortalece a cada momento e a cada etapa de trabalho, é o mesmo de sempre: contribuir para a construção de uma sociedade democrática, justa e participativa.



O documento do Vaticano reconhece os assentamentos dos sem-terra como pressão social legítima

Douglas Mansur

Biblioteca - Koinonia

(x) Cadastrado

(x) Processado

SUMÁRIO

Política

- 5 FUNDAMENTOS DE UM PROJETO NOVO PARA O BRASIL
Cesar Benjamin

Economia

- 8 ECONOMIA BRASILEIRA: PROPOSTAS E PERSPECTIVAS PARA 1998
Guilherme C. Delgado

Trabalho

- 11 TRABALHO E EMPREGO: FUTURO SOMBRIO NO BRASIL
José Ricardo Ramalho

Projeto alternativo

- 14 CONSULTA POPULAR DEBATE A BUSCA DE UM PROJETO ALTERNATIVO PARA O BRASIL: ENTRE A NAÇÃO E A BARBÁRIE
Plínio Arruda Sampaio

Terra

- 18 VATICANO ASSUME O DESAFIO DA REFORMA AGRÁRIA
Antonio Canuto

Direitos humanos

- 20 VIOLÊNCIA, ÉTICA E SOCIEDADE OS ADOLESCENTES INFRATORES E O DIREITO À PROTEÇÃO
Paulo Cesar Pontes Fraga e Kathie Njaine

Ecumenismo

- 23 PERSPECTIVAS ECUMÊNICAS PARA O FINAL DO SÉCULO
Emílio Castro

Igreja

- 27 SÍNODO: CAMINHOS CONVERGENTES
D. Demétrio Valentini

Educação

- 30 A DANÇA DA EDUCAÇÃO: CAMPANHA DA FRATERNIDADE DE UM BRASIL BRASILEIRO
Jorge Atilio Silva Iulianelli

Rubem Alves

- 32 O FIM DO MUNDO ESTÁ PRÓXIMO!

Experiências ecumênicas

- 34 CESE, 25 ANOS A SERVIÇO DA JUSTIÇA E DA UNIDADE
Enilson R. Souza e José C. Zanetti
- 38 UM SONHO LATINO-AMERICANO E ECUMÊNICO EM TERRAS BRASILEIRAS
José Oscar Beozzo

Bíblia Hoje

- 41 A SUA SOLIDARIEDADE NÃO NOS FALTARÁ! UMA LEITURA DO SALMO 123
José Adriano Filho

Resenha

- 43 TEOLOGIA QUE SE FEZ ORAÇÃO
Carlos Cunha

Projeto alternativo – Um pensamento conformista em vigor no Brasil procura fazer valer a máxima de que um desenvolvimento em bases nacionais não é mais possível. Há quem negue o conformismo e busque uma política diferente para o País. César Benjamin e Plínio Arruda Sampaio indicam as possibilidades de se pensar um projeto alternativo para o Brasil. Páginas 5 e 14

Economia e trabalho – A economia tem sido o foco das atenções no Brasil, em especial em anos eleitorais. 1998 não será diferente. A novidade é o pano de fundo marcado pelos graves problemas econômicos da atualidade, que têm no desemprego sua mais sombria face. Guilherme Delgado e José Ricardo Ramalho abordam a temática. Páginas 8 e 11

Igreja se posiciona – Reforma agrária e educação são temas apontados como principais preocupações da Igreja Católica no que diz respeito à dimensão sociopolítica. As posturas e os desafios lançados e assumidos pelos bispos são objeto de análise nesta edição. Páginas 18 e 30

Experiências ecumênicas – Em continuidade ao que desenvolveu em 1997, TEMPO E PRESENÇA prossegue com o registro de experiências de trabalho de grupos e organizações no Brasil comprometidos com a causa ecumênica. Páginas 34 e 38

Ecumenismo rumo ao novo milênio – O ecumenismo é um processo irreversível. Esta é a constatação do ex-secretário-geral do Conselho Mundial de Igrejas, Emílio Castro, que reconhece as dificuldades sem deixar de acreditar que os caminhos já percorridos pelo movimento ecumênico significam a possibilidade de um novo projeto futuro. Página 23

tempo e presença

Revista bimestral de KOINONIA
Janeiro/fevereiro de 1998
Ano 20 – nº 297

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço

Rua Santo Amaro, 129
22211-230 Rio de Janeiro RJ
Telefone (021) 224-6713
Fax (021) 221-3016
E-mail koinos@ax.apc.org

CONSELHO EDITORIAL

Carlos Alberto Messeder Pereira
Emir Sader
Ivone Gebara
Ivoni Reimer
José Oscar Beozzo
Jurandir Freire Costa
Leonardo Boff
Maria Emilia Lisboa Pacheco
Sérgio Marcus Pinto Lopes

CONSELHO CONSULTIVO

Carlos Rodrigues Brandão
Luiz Eduardo Wanderley
Maria Luiza Rückert
Paulo Ayres Mattos
Rubem Alves

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Magali do Nascimento Cunha
MTb 011-233

EDITOR

Jether Pereira Ramalho

EDITORA ASSISTENTE

Magali do Nascimento Cunha

EDITORA DE ARTE

E DIAGRAMADORA
Anita Slade

COPIDESQUE E REVISOR

Paulo Roberto Salles Garcia

DIGITADORA

Mara Lúcia Martins

CAPA

Marta Strauch

PRODUÇÃO GRÁFICA

Roberto Dalmaso

FOTOLITOS

Graftex

IMPRESSÃO

Clip

Os artigos assinados não traduzem necessariamente a opinião da Revista.

Preço do exemplar avulso
R\$ 3,00

Assinatura anual
R\$ 18,00

Assinatura de apoio
R\$ 25,00

Assinatura/externo
US\$ 50,00

ISSN 0103-569X

Aos que fazem a revista TEMPO E PRESENÇA, desejo-lhes neste Natal a completa alegria, na acolhida e na comunicação da Ternura de Deus, com meus agradecimentos pelo envio de sua publicação durante o ano de 1997.

D. Marcelo Pinto Carvalheira

Arcebispo católico da Paraíba
João Pessoa/PB

Mais uma vez e com muito prazer quero renovar minha assinatura anual e mais as de alguns colegas que leram e gostaram da revista. (...) Parabéns pelos assuntos de 1997: Globalização e Educação (maio/junho), Ciência e Realidade Urbana (julho/agosto), Canudos e Movi-

mentos Sociais (setembro/outubro). Precisamos urgentemente dessas informações já que, mais do que nunca, atualmente o conhecimento vem se tornando o alicerce do futuro e/ou a chave da porta que alguns temem que seja aberta pela maioria da sociedade.

Adroaldo J. Dallabrida

Ajuricaba/RS

É com imensa alegria que volto mais uma vez para abraçá-los e desejar a todos um ano muito novo. Novo em empreendimentos e projeto realmente transformadores, como tem sido TEMPO E PRESENÇA ano a ano. Renovo aqui meus cumprimentos pela belíssima

coleção de revistas de 1997. Vocês nos ajudam e a fala de cada um, cada uma que participa de TEMPO E PRESENÇA estimula-nos à esperança, faz-nos crer cada vez mais no amor, no sonho e na utopia, valores que transparecem no rosto de vocês. Sugestão: gostaria de que trouxessem de volta a presença da mulher organizada por esse país fora. (...) É bom que voltemos ao debate e mostrando nossas conquistas – atualizando-as, gozaremos nós todos mulheres e homens de tempos melhores e, sem perder a ternura jamais!

Lindalva de Jesus Macedo

Belo Horizonte/MG

TEMPO E PRESENÇA 1998 – VOCÊ NÃO PODE PERDER!

Processo eleitoral no Brasil: avaliações, propostas, alternativas; reeleição x oposição. Eventos: 50 anos do Conselho Mundial de Igrejas; 30 anos da Conferência de Medellín. Tudo isso e muito mais em 1998...



... na revista TEMPO E PRESENÇA, com análises de pensadores qualificados nas diferentes áreas de conhecimento e de participantes dos movimentos sociais e das igrejas, com a profundidade e qualidade que têm sido a marca desta publicação nas últimas duas décadas.

TEMPO E PRESENÇA: uma leitura indispensável para quem está comprometido na construção de um mundo melhor, mais alegre e mais justo.

Participe da comunidade de leitores de TEMPO E PRESENÇA e faça agora mesmo uma assinatura anual: R\$ 18,00 (assinatura normal); R\$ 25,00 (assinatura de apoio); US\$ 50,00 (assinatura para o exterior).

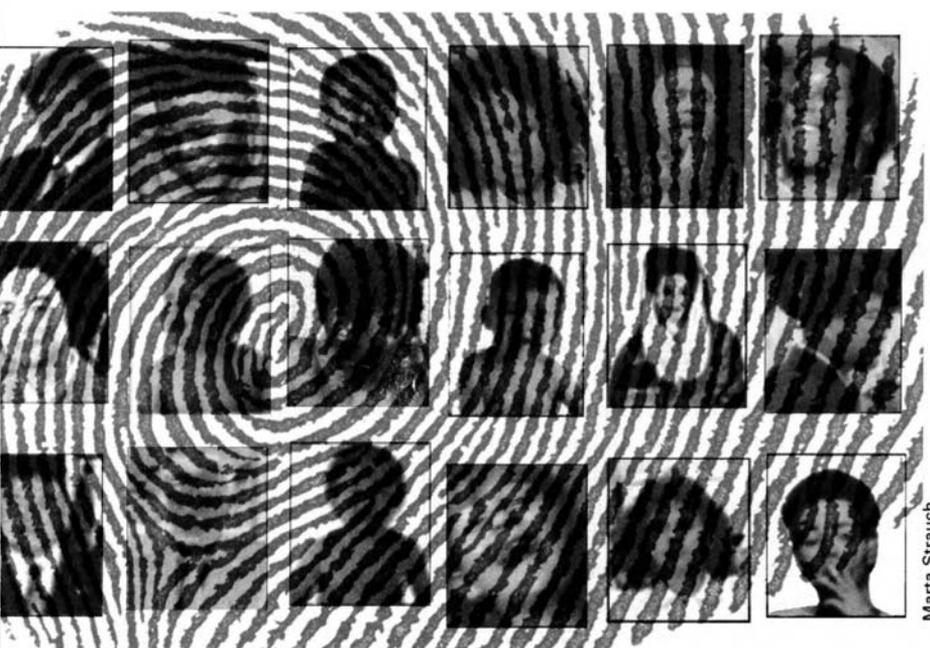
Basta escolher uma das três formas de pagamento:

- Cheque nominal em nome de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço
- Depósito na conta Bradesco 15.245-5, agência 1745-0 (remeter cópia do recibo)
- Vale Postal para KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço (remeter cópia do recibo)

Enviar para KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, a/c Setor de Distribuição
Rua Santo Amaro, 129, Glória 22211-230 Rio de Janeiro RJ
Tel. 021-2246713. Fax. 021-2213016. E-mail: koinos@ax.apc.org

FUNDAMENTOS DE UM PROJETO NOVO PARA O BRASIL

Cesar Benjamin



Marta Strauch

A idéia em vigor de que não há mais possibilidade de desenvolvimento em outras bases que não as imperantes no momento no Brasil é profundamente criticada pelo analista político Cesar Benjamin. Ele instiga os leitores a buscarem formas de superar a mediocridade e a arrogância de tal pensamento conformista. É um texto forte, lúcido e atraente que fornece muitos elementos para reflexão e debate

Nos últimos anos, foram profundamente alterados os termos que organizam o debate político e cultural no Brasil. Generalizou-se a idéia de que não há mais possibilidade de um desenvolvimento em bases nacionais. Implícita ou explicitamente, passou-se a aceitar que o enfrentamento direto da questão social deve ser remetido a um futuro longínquo, cheio de precondições. Temas cruciais deste século — como a industrialização, as desigualdades regionais, a identidade cultural — deixaram de ser relevantes. O sentido da palavra “reforma” foi invertido.

São inflexões decisivas, complexas, polêmicas, no entanto apresentadas à opinião pública de forma simplória,

como fatos consumados, cujas consequências de longo prazo sequer precisam ser objeto de maiores reflexões. Desqualifica-se o debate antes que ele exista, removendo-se sistematicamente, *a priori*, os fundamentos que permitiriam escolher entre distintas correntes de idéias. As indagações passam a ser construídas de modo a confiscar a possibilidade de alternativas ao modelo atual, para depois lamentar-se cinicamente a ausência dessas alternativas.

Nesse ambiente, a mediocridade se move com altivez espantosa, cada vez mais arrogante e orgulhosa de si. Isso atinge de forma caricata a “ciência econômica”, que abandonou sua condição de ciência social e sua profunda ligação com a história, para se reduzir a uma técnica de administração de negócios e interesses privados.

CONFORMISMO DO PENSAMENTO

Tudo converge para sentirmos às avessas o sentimento experimentado pela geração dos nossos pais, de que o Brasil era viável e se encaminhava para um futuro melhor. A imagem de um país do futuro deu lugar à de um país fracassado, cuja construção se esgotou sem se ter completado. Essa desvalorização sistemática de nós mesmos, que já se tornou uma patologia, não só baixa nossa auto-estima, mas — o que é mais grave — embute a idéia de que a construção histórica de que somos herdeiros não tem mais viabilidade ou razão de ser. Uma sociedade dotada de tamanho potencial, como a brasileira, passou a resumir sua utopia na esperança de que um plano antiinflacionário dure um pouco mais. Um plano cujos limites todos presentem.

Resta pouco do fecundo debate intelectual que tivemos até os anos de

1960, voltado para compreender o sentido da nossa história e as condições de modernização do País. Paradoxalmente, o Brasil de hoje, dotado de uma economia mais poderosa, de uma academia mais consolidada e de uma imprensa mais desenvolvida, parece ser mais incapaz de pensar-se.

Os integrantes da coalizão dominante são cegos para as conseqüências do sistema que representam, pois a “realidade” que usam para legitimar seu discurso é construída pelo próprio discurso. Sua forma de ver a sociedade através de certas variáveis altamente selecionadas — como o desempenho das bolsas de valores, a entrada de capital estrangeiro e mesmo o comportamento da inflação — oculta um sofrimento humano crescente. Enquadrada em seus termos e no modo de vida que propõem, a pluralidade da experiência humana se transforma em simulacros. *A liberdade se reduz ao seu precário travestimento encontrado no mercado capitalista, a cultura se transforma em mercadoria da indústria do entretenimento, as pessoas valem pelo que podem comprar, o desenvolvimento nada tem a ver com uma existência melhor.*

Entre os intelectuais, floresce um reacionarismo ilustrado que reafirma velharias em nome do futuro. A dissolução do movimento estudantil como algo vivo permitiu a ascensão de uma teoria acadêmica com certeza mais erudita, mas pouco usada, avessa aos riscos inerentes a qualquer posicionamento claro, sempre pronta a encobrir com citações a preguiça e a incapacidade de criar. Erudição e potencial vital, nesse caso, se dissociam. A acomodação se torna realismo. Modismos e *slogans* passam à condição de paradigmas.

Os meios de comunicação também desempenham relevante papel nisso tudo. A idéia de que vivemos a “era da informação”, ou “era da comunicação”, dá a entender que a informação e a comunicação se multiplicam numa rede cada vez mais ampla e difusa. Tal rede é, de fato, cada vez mais ampla, mas é também mais concentrada, tanto no que diz respeito ao seu controle quanto aos

conteúdos transmitidos. A liberdade de expressar-se tornou-se tão cara, com o custo crescente dos meios, que a comunicação de massas tem sido uma forma de cada vez menos gente dizer cada vez menos coisas a um número cada vez maior de pessoas, reduzidas à passividade. O desenvolvimento dessa indústria, feito sem controle social, tem-se tornado um obstáculo à ação comunicativa dos homens entre si.

MARCAS DA EXCLUSÃO

Aprofunda-se o fosso entre o conformismo do pensamento e a profundidade da crise em que estamos imersos. Pois os fatos do cotidiano mostram como se debilitam, entre nós, as bases de uma sociabilidade civilizada: um regime comum de valores, caminhos de mobilidade social ascendente, a idéia de um futuro em construção.

Torna-se cada vez mais exíguo o espaço abrangido por qualquer forma de contrato social, de modo que cada vez mais gente é expulsa da sociedade civil e retorna ao “estado de natureza”, que é o estado da necessidade e do desamparo, marcado pela exclusão. Legiões de adultos perdem, de forma irreversível, direitos já conquistados — inclusive o mais básico deles, o direito ao trabalho —, enquanto legiões de jovens deixam a adolescência sem terem tido a capacitação necessária para se inserir no universo contemporâneo do trabalho e da cultura. Grande número de pessoas passa a viver sem identidade social definida.

O retorno ao estado de necessidade não degrada a existência apenas dos que já foram lançados nele. Praticamente todas as camadas sociais passam a experimentar uma ansiedade permanente sobre o presente e o futuro. Dilui-se a distância entre crise e normalidade, pois a existência normal torna-se crítica. A possibilidade do desemprego, a insegurança diante da violência onipresente, a preocupação com o desamparo em

caso de doença ou a chegada da velhice, a desesperança no futuro dos filhos — tudo isso forma um cotidiano de miséria material e moral que a todos atinge. Desaparece a idéia de que a vida pode e deve ter um horizonte amplo, sólido e aberto. Em seu lugar, predomina a sensação, psicologicamente desestruturante, de desgoverno iminente das expectativas. Um sentimento do provisório, do frágil, do especulativo a todos domina, e a incerteza torna-se o pano de fundo que preside as ações. As elites estão sempre pensando no próximo bom negócio; o povo, na estratégia de sobrevivência para o próximo dia.

A infelicidade se eleva a proporções tão gigantescas e atinge contingente tão amplo, que se torna, ela mesma, objeto de manipulação mercantil. É incorporada assim pelo próprio sistema, que passa a negociar e lucrar com os pseudo-remédios para os males que dissemina. Os tranquilizantes químicos são, de longe, os medicamentos mais consumidos; a indústria da segurança privada está entre as de maior crescimento; os seguros-saúde passaram a ser indispensáveis para os que podem pagá-los; a pornografia tornou-se negócio de grande dimensão, oferecido às multidões solitárias; multiplicam-se seitas de todo tipo que, a preços módicos, garantem a salvação em outro mundo; os chamados livros de auto-ajuda — o mais das vezes, grosseiras contrafações — oferecem as fórmulas da felicidade ansiada.

UMA DECISÃO PENDENTE

Como pano de fundo de tudo isso, e do mal-estar que não pode ser escondido, está em primeiro lugar a separação entre as pessoas, que se acelera e se generaliza.

Ela inscreve-se no espaço, com a formação de zonas — urbanas, periféricas e rurais — esvaziadas de qualquer cobertura do direito. Passam a conviver regimes societários diferentes, muitas vezes próximos geograficamente entre si, o que induz a uma dupla forma de ação do Estado: uma

nas “áreas civilizadas”, que se restringem; outra nas “áreas selvagens”, que se expandem.

Inscribe-se no tempo: a desigualdade de oportunidades — especialmente no acesso à alimentação básica, à saúde, à educação e ao lazer — segrega cruelmente as crianças e faz com que os filhos dos pobres de hoje tenham probabilidade altíssima de serem os pobres de amanhã.

Inscribe-se nos valores, dominados pelo discurso econômico vulgar: não é a desigualdade a condição necessária para premiar uns e punir outros, estimulando assim um esforço geral para aumentar a lucratividade dos empreendimentos? Não é a mimetização de padrões de consumo, inacessíveis aos demais, o sinal de sucesso?

Inscribe-se até no mundo, mais formal, do direito: a tentativa de reduzir as relações de trabalho ao regime do direito civil individual elimina o mínimo de igualdade entre as partes — no caso, patrões e empregados —, condição fundante da própria idéia de contrato. E a eliminação do caráter universal da Previdência Social, para transformá-la em um seguro privado, talvez seja o mais duro golpe contra a cidadania.

É ilusório imaginar que uma sociedade possa ingressar num período histórico com tais características sem enfrentar grandes turbulências. Por mais que se esforcem para generalizar sua visão de mundo, as elites e seus representantes não afastam as indagações que as pessoas fazem, temerosas, sobre o futuro. Este é o maior sintoma da crise. Pois pertence à natureza das crises que uma decisão esteja pendente e não tenha sido tomada. A solução permanece incerta, mas é certa a transformação — temida ou desejada — das circunstâncias vigentes. Sem que se saiba quando ou como, pressente-se que o fim do estado atual é necessário.

Contida no nível das instituições, a crise aparece “por baixo”, seja em formas degeneradas, como a violência, seja na forma organizada de movimen-

tos sociais. Estes últimos podem condensar a energia necessária para a construção de uma contra-hegemonia, que precisa ser ao mesmo tempo intelectual, moral e política. Trata-se de uma operação possível. Por mais forte que pareça ser, a ideologia dominante não consegue tudo alcançar, nem redefine todas as possibilidades de ver, sentir e pensar. A vida social recria constantemente as fraturas, muito anteriores do que se supõe, por onde a crítica pode penetrar. Independentemente dos discursos, a maioria das pessoas sabe — pela experiência — que não tem lugar neste sistema.

POSSIBILIDADES DE OUTRO CAMINHO

De onde, então, vem o sentimento de que os grupos dominantes são tão fortes? É simples, eles têm muito: propriedades, dinheiro, estações de rádio e TV, partidos cartoriais, meios de todo tipo, gente a seu serviço. Compram o que precisam, inclusive consciências. Mas, justo por terem demais, podem vir a ser irremediavelmente fracos: são poucos.

Enganam-se os que acreditam numa hegemonia duradoura das forças do *status quo*. O projeto econômico que a fundamenta não tem consistência, e muito menos apresenta potencial estruturante para a sociedade brasileira em prazos mais longos. No momento em que não for mais possível esconder suas imensas debilidades, poucos se levantarão para defendê-los. Mesmo hoje, tal hegemonia permanece superficial em amplas camadas da população, embora elas ainda estejam desprovidas da capacidade de vocalizar sua crítica e organizar uma alternativa. A vontade latente de mudanças é tão grande que as próprias elites precisam apropriar-se dela, encenando no palco da política institucional a ópera bufa das chamadas “reformas”.

Os diferentes grupos que têm em comum a experiência da exclusão — e que, exatamente por isso, podem desenvolver uma grande abertura para o outro — ainda não se expressam de

modo universal. Sua consciência, fracionada e desigual, abriga visões de mundo conflitantes. Mas contém elementos sinceros e criativos — mesmo rudimentares e ambíguos — que podem servir de base à construção de outro projeto para a nação. Só eles têm condições de visualizar uma sociedade em que liberdades civis e direitos sociais sejam indissociáveis, como expressão do direito fundamental a uma vida digna, vivida em paz, sem ameaças e necessidades torturantes. Só eles podem lançar-se de forma decidida na construção desse caminho. Para tal, a discussão de um novo projeto é, mais do que nunca, necessária.

Ao nos lançarmos nessa empreitada, sabemos estar pisando em terreno minado. A idéia — aliás, trivial — de que existem alternativas tornou-se deveras incômoda, e não só para os representantes oficiais do sistema atual. Ela desestabiliza discursos e atitudes que têm justificado o ceticismo, o conformismo, o pragmatismo e todas as demais formas de adesão mais ou menos envergonhada ao que aí está. Tais comportamentos, largamente difundidos, resistem à sua própria deslegitimação e produzem uma resistência acirrada, irracional, às vezes inamovível, à possibilidade de que haja outro caminho. Mesmo no âmbito da esquerda, isso se dá: se a disputa passar a opor projetos afirmativos diferentes — e não um projeto e um vazio —, as pessoas serão chamadas a se posicionar nesses termos, e quem quiser aderir terá que fazê-lo sem subterfúgios. Muitas carreiras políticas, hoje brilhantes, seriam ameaçadas com isso.

Cesar Benjamin é jornalista e economista, integrante da Editora Contraponto. Autor, com Tânia Bacelar de Araújo, do livro *Brasil — reinventar o futuro*.

Nota da Redação: Com o mesmo título deste artigo será lançado, em abril próximo, pela Editora Contraponto, um livro em que se desenvolvem argumentos e se fornecem dados para elaboração de um projeto político alternativo para o Brasil.

ECONOMIA BRASILEIRA: PROPOSTAS E PERSPECTIVAS PARA 1998

Guilherme C. Delgado

A agenda brasileira para 1998 em relação à economia tem como pano de fundo não apenas o processo eleitoral mas também o confronto do mercado com os graves problemas econômicos da atualidade. Guilherme Delgado analisa as perspectivas do debate para o ano em curso

O enfoque propositivo que TEMPO E PRESENÇA sugere aos assuntos aqui analisados instiga-nos a enfrentar as questões com uma ótica diferente da abordagem convencional. Não se trata apenas de uma análise dos problemas da conjuntura nem de um receituário de soluções para superá-los, mas sim de uma nova forma de ver o mercado defrontando-se com os graves problemas econômicos da atualidade.

Para dar conta desse complexo esforço de interpretação colocamo-nos no campo de uma verdadeira batalha intelectual, porquanto a identificação dos graves problemas econômicos e dos seus protagonistas — e consequentemente das vias para o seu equacionamento — está posta no cerne da análise. Em lados opostos intérpretes críticos (keynesianos, post-keynesianos, schumpeterianos, marxistas, etc.) *versus establishment* neoliberal.

Um primeiro sinal alvissareiro neste último ano é a constatação de que

a batalha intelectual aparentemente mudou de sinal: liberais e neoliberais de plantão cada vez falam menos coisas acreditáveis e os estadistas vêm-se impelidos a retomar referenciais teóricos e práticos do controle e regulação dos mercados, especialmente dos mercados financeiros.

Diga-se de passagem que a hegemonia intelectual do pensamento liberal nos Estados Unidos, Ásia e Europa não é sincrônica. No Brasil tais ventos vieram tardiamente se instalar por completo a partir do Plano Real. Mas o que fica evidente na atualidade é a mais completa inadequação do discurso do livre-cambismo, da desregulamentação e da privatização dos bens públicos, com os resultados concretos da mobilidade e instabilidade do capital financeiro internacional. E qual seria o discurso alternativo dos que criticam a onda da liberalização dependente, das privatizações e das políticas sociais do atual governo? Reflitamos um pouco sobre alguns temas da agenda política para 1998.

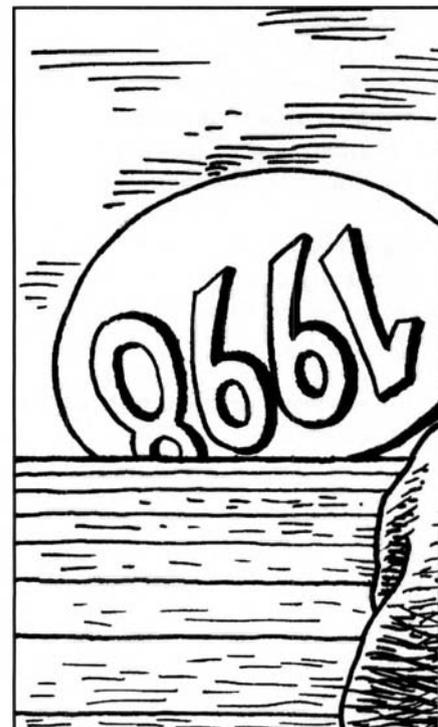
RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS

A forma de inserção do Brasil na economia internacional a partir de 1994 aumentou fortemente a vulnerabilidade da economia brasileira às crises externas. Passado o triênio 1995/97 de plena vigência do Plano Real, os números da dependência externa (acumulação do déficit em conta corrente) atingem a 76,6 bilhões de dólares, e tudo leva a crer que ao final de 1998 fecharemos o quadriênio acumulando esse déficit em cerca de 110 bilhões. Isso significa acréscimo de

passivo externo, comprometendo o futuro com onerosos serviços da dívida externa.

Ora, essa dependência que foi lida no início do governo atual como demonstração de credibilidade e acessibilidade aos mercados externos é hoje claro sintoma de fragilidade que precisa urgentemente ser revertida. Neste ponto o debate político-eleitoral algumas vezes patina no dilema pontual de desvalorizar ou não o câmbio, quando o cerne da questão não é somente este, principalmente agora na fase da crise cambial aguda das economias asiáticas.

É bem verdade que a plethora de desvalorizações cambiais de dezem-



bro de 1997 dos países asiáticos deixou menos competitivas as exportações brasileiras, e simetricamente mais baratos os produtos asiáticos importáveis. Neste sentido aumentou relativamente a valorização do real. Isso serviu de lição para punir nosso imobilismo anterior em matéria cambial e ao mesmo tempo agravou os riscos de alteração da política neste período da já interminável turbulência cambial e financeira asiática.

Mas uma alternativa de reinserção do Brasil na economia global deveria reconsiderar vários dos outros eixos estratégicos do atual modelo de dependência implementado pelo governo federal. Em vez da máxima flexibilidade, internacionalização e fluidez dos mercados de câmbio, dinheiro, ativos estatais e ações, uma estratégia regulatória que no dizer recente do ex-ministro Rubens Ricúpero, colocasse "areia nas engrenagens" do sistema financeiro. Isso, em linguagem mais simples, significa maior regulamentação para impor quarentena aos capitais voláteis, segmentação dos mercados de capitais, menor autonomia da

circulação financeira externa, que por sua vez requereria menor dependência de financiamento de déficit do balanço de pagamentos.

INFRA-ESTRUTURA DE BENS PÚBLICOS: REGULAMENTAÇÃO E PRIVATIZAÇÕES

O processo de privatização de serviços públicos e setores estatais produtores de *commodities* estratégicas inverte o sentido do interesse público ao fazer preceder o processo de privatização à montagem dos aparatos regulatórios. As redes geográficas de distribuição de energia elétrica, de telecomunicações, de água e esgoto, da rede viária etc. constituem-se em espaços públicos infra-estruturais sobre os quais todo o sistema econômico e social conecta-se ou circula. Sem possibilidade econômica de competição entre empresas exploradoras desses serviços em um mesmo espaço geográfico, a exploração dessas redes tende a ser exercida sob a forma de monopólio espacial.

Ocorre que a manutenção desses serviços, sua ampliação para os espaços periféricos, a melhoria da qualidade e a cobrança das tarifas pela prestação dos serviços são necessidades e utilidades públicas óbvias. Tratadas como se questões privadas fossem, como de fato ocorre nos processos de privatização sem regulamentação expedita, muito cedo as concessionárias tendem a inviabilizar o funcionamento regular do sistema econômico e a penalizar a cidadania. Basta não investir em manutenção e ampliação, preferindo distribuir dividendos aos acionistas privados, como fez a Light em 1997, para que todas as famílias e empresas daquele espaço monopolizado sofram as consequências.

A síndrome da liquidez, a captura dos lucros imediatos e toda sorte de práticas financeiras ultraflexíveis são contraditórias com a prestação dos serviços públicos universais em setores onde é longa a maturação do investimento. Ademais, a tarifa cobra-

POBRES SUSTENTAM REAL

O jornal "The New York Times", o mais influente dos EUA, publicou no alto de sua primeira página reportagem sobre a economia brasileira sob o título "Brasil paga para proteger a moeda e os pobres vêem o verdadeiro custo", escrita por Roger Cohen.

O texto se estende por uma página inteira no primeiro caderno do jornal, ilustrado por fotos de "sem-terra" e operários e por gráficos sobre desigualdade social e crescimento na América Latina.

Ele afirma que o Brasil é "a chave para uma América Latina estável e próspera" e que o País se vê agora diante da questão de se as pressões econômicas globais não exigem custo muito alto em estabilidade de sociedades que estão entre as mais desiguais do mundo.

"As medidas que o Brasil tem tomado para salvar sua moeda (...) estão ferindo os pobres e as classes médias baixas. A crise asiática tem significado altas taxas de juros e empregos perdidos. Brasileiros que estavam comprando carros ou fogões com cartões de crédito não podem mais fazê-lo porque os esforços para atrair capital estrangeiro empurraram as taxas de juros para perto de 40% ao ano."

Fonte: Folha de São Paulo, 6/2/97.

da ou permitida cobrar pelo serviço em condições de "monopólio natural" é uma espécie de imposto, cuja receita não pode ficar livremente disponível ao concessionário. É com base nesse pressuposto que o governo trabalhista inglês propõe-se a tributar o lucro das concessionárias. Essa proposta é incorporada por Lula, recentemente, ao discurso político do candidato presidencial.

Outra situação conceitualmente distinta que infelizmente a imprensa pouco esclarece é a exploração estatal de determinadas *commodities* con-



Calicut

Liberais e neoliberais de plantão cada vez falam menos coisas acreditáveis e os estadistas vêem-se impelidos a retomar referenciais teóricos e práticos do controle e regulação dos mercados, especialmente dos mercados financeiros

sideradas estratégicas. *Commodities* é uma mercadoria (individualizada, transacionável, armazenável, etc.), e neste sentido não é um bem público, podendo ser um bem de exploração estatal por motivos estratégicos. Tomemos o caso do petróleo — uma *commoditie* de produção estatal cujas reservas são um bem público, já que tanto o subsolo, o espaço aéreo e as redes geográficas de intercomunicação são conceitualmente espaços públicos. A exploração desses recursos, que o governo agora dispõe-se a abrir ao capital privado, apresenta contudo também vários inconvenientes. O argumento estratégico não se esgotou com a chamada globalização. Abrir mão do controle de exploração dessas reservas é aprofundar a dependência externa. Ademais, não há nenhuma evidência — muito ao contrário — de que a Petrobrás não possa fazê-lo eficaz e eficientemente.

As exigências regulatórias nas áreas do petróleo, da energia elétrica, das telecomunicações e da rede viária que ora estão postas de maneira subordinada ao processo de privatização precisam ingressar no centro do debate político nacional com clara inversão dessa subordinação. Não são meras questões técnicas setoriais de competência das agências recém-criadas (Agência Nacional do Petróleo, Agência Nacional de Energia Elétrica e Agência Nacional de Telecomunicações), mas problemas vitais da

98 TERÁ MAIS JUROS E MAIS DESEMPREGO

Em entrevista ao jornal "Folha de São Paulo" sobre as previsões econômicas para 98, o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, e o deputado federal Antônio Delfim Neto (PPB-SP) declararam:

Vicentinho: O desemprego em 1998 aumenta, e muito. Pode chegar a 20% da população ativa na Grande São Paulo e mais que isso em regiões como a Grande Salvador. Apesar do enorme custo social das privatizações e do que elas significam em termos de perda de soberania nacional, desmonte do nosso parque industrial e demissões, o governo conta com sua aceleração para tentar fazer frente ao déficit externo. Estamos entregando nossos ativos

mais importantes, sem qualquer preocupação estratégica de médio e curto prazos para fazer frente ao pagamento dos juros. A pergunta relevante é: e quando esses ativos acabarem? Outra questão: com a crise nas Bolsas, vamos vender nossas empresas na bacia das almas?

Delfim Neto: A única certeza é que teremos conquistado o tricampeonato mundial de juros altos. O desemprego será crescente, infelizmente. Situação insuportável para quem não encontrar trabalho, mas indifferente para o governo, que já fez sua opção preferencial pelo desemprego. Com relação às privatizações, há uma enorme lista no "pipeline". Mas há menor disponibilidade de recursos externos. O BNDES está a postos, no entanto, para financiar os promitentes compradores.

Fonte: Folha de S. Paulo, 4/1/98.

sociedade e da economia em seu conjunto que clamam por novo padrão de controle público.

O PRINCÍPIO DA UNIVERSALIZAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS E SUA EXCLUSÃO PELA ÓTICA PRIVADA

A proposta do trabalhismo inglês de tributação sobre lucros extraordinários de concessionários de serviços públicos privatizados retoma o argumento do controle público da renda tributária, que de fato é a receita das concessionárias. Mas essa é apenas uma parte da questão política, que equivaleria, na linguagem popular, a "correr atrás do prejuízo".

Falta colocar os direitos universais de acesso e as obrigações sociais que correspondam à contrapartida de suporte desses direitos na agenda do processo regulatório. Do contrário constrói-se uma estrutura de exclusão urbana e apartação social ainda mais perversa que a atual.

O acesso aos serviços de água, luz, telefone, lixo, água e esgoto, gás encanado, etc. constituem parte impor-

tante de cidadania urbana. Tal acesso depende, portanto, da extensão das redes à malha urbana periférica e das tarifas cobradas pelo prestador do serviço. Para a classe média é viável a prestação de serviços de conformidade com algum critério de rentabilidade do investimento e dos custos e de sua manutenção. Para os bairros pobres e favelados, geralmente periféricos aos centros urbanos, os custos crescem e a capacidade de pagamento dos potenciais usuários diminui. Daí por que não há como deixar a solução para o mercado, que pela sua lógica intrínseca discrimina e exclui o pobre do acesso a esses serviços. Essa é a questão central do debate, que infelizmente não comparece ao espaço público da informação e comunicação de massa, vítima esta também da total mercantilização desregulada.

Guilherme C. Delgado é pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em Brasília/DF.

TRABALHO E EMPREGO: FUTURO SOMBRIO NO BRASIL

José Ricardo Ramalho

“O futuro parece sombrio para quem vive do trabalho no Brasil”. Essa é a constatação de José Ricardo Ramalho neste artigo em que, ao mesmo tempo, o autor procura enxergar no momento de crise um espaço para redefinições e novas práticas

Mudanças no mundo do trabalho vêm afetando de modo dramático as sociedades industriais. O processo de reestruturação produtiva atinge todos os países que se consideram parte de uma economia globalizada. A exigência de maior competitividade introduz estratégias de racionalização e redução de custos, com sérias conseqüências para os níveis de emprego. Postos de trabalho, que tradicionalmente garantiam estabilidade, não existem mais. A insegurança transformou-se em componente usual dos que têm algum tipo de emprego formal.

Há um uso e abuso crescente de formas precárias de trabalho, de subcontratação. Fragilizou-se a instituição sindical como representação legítima dos trabalhadores. O desemprego adquiriu dimensões mais amplas, mudando hábitos e trazendo pobreza e desesperança. Têm havido também grandes modificações na estrutura do mercado de trabalho. A força de trabalho feminina cresceu significativamente, aumentaram as ativi-

dades a domicílio e o trabalho informal passou a ser uma alternativa frequente, principalmente nos países subdesenvolvidos.

No Brasil, as perspectivas não são boas para os trabalhadores. A política econômica adotada nos últimos anos, com forte dependência de investimentos internacionais (uma boa parte de capitais voláteis e especulativos) e sujeito à instabilidade dos mercados internacionais, vem sinalizando um crescimento econômico incompatível com a geração de empregos ao nível exigido pelo mercado de traba-

lho. Isso sem falar no corte gradativo de direitos trabalhistas e na desregulamentação do emprego.

REESTRUTURAÇÃO À BRASILEIRA

O País não escapou, nos anos de 1990, da onda de reestruturação produtiva que já vinha ocorrendo no mundo industrializado. Novas formas de gestão do trabalho, flexibilização, terceirização, tudo isso tem sido experimentado pelas empresas brasileiras. É verdade que tal processo acontece de modo desigual, e se já é possível identificar alterações no processo produ-



Eneraldo Carneiro/ Documenta

As longas filas por emprego são o sinal mais evidente de que o trabalho vive uma crise sem precedentes

tivo propriamente dito, na maioria dos casos, pode-se constatar que as novas estratégias empresariais têm se preocupado mais em cortar custos, eliminando em definitivo postos de trabalho. A precarização do emprego pode ser considerada uma tendência que se afirma com a abertura de mercado e com o aumento da competitividade. Para os que mantêm seus empregos, as exigências são maiores. Não só a intensificação do trabalho se coloca, mas uma condição de maior escolaridade e maior capacidade de adaptação às mudanças constantes.

Diferentemente de épocas anteriores, o Estado tem atuado ativamente, via governo FHC e sua maioria congressual, para desregulamentar as relações de trabalho. Alegando a necessidade de diminuir o chamado "custo Brasil" ou de tornar as empresas brasileiras competitivas no mercado internacional, assiste-se a um verdadeiro assalto a direitos consolidados ao longo de anos de organização e luta dos trabalhadores. A aprovação recente do contrato temporário de trabalho pelo Congresso vem confirmar essa posição de viabilizar a atividade produtiva às custas de salvaguardas dos salários.

Da mesma forma, pode-se dizer que a recusa veemente em interferir na disputa que traz grave ameaça de desemprego aos operários da indústria automobilística brasileira (que representa, pela sua importância, 12% do PIB industrial), mostra um Estado que exacerba no seu comportamento liberal. Recentemente assistiu-se à intermediação efetiva de um ministro norte-americano em uma greve que reivindicava melhores condições e garantias para empregados em tempo parcial e com relações de trabalho precarizadas.

Aqui, a reação governamental às ameaças de demissão de milhares de operários da Volkswagen do ABC foi de "isenção". O problema devia se resolver por negociação entre capital e trabalho sem a interferência do Estado. Tal atitude, além de total insensibilidade diante de uma situação tão

grave, desconsidera a possibilidade do Estado atuar sem ser instância arbitradora, como um dos atores no processo de negociação. Alegando o fim do corporativismo no País, rechaçou-se até a bem sucedida experiência das câmaras setoriais do início dos anos de 1990, quando se realizou pela primeira vez na história do trabalho no Brasil uma efetiva negociação tripartite, sem o Estado como juiz.

A AÇÃO SINDICAL

Os sindicatos e as centrais sindicais brasileiras se defrontam com enormes dificuldades diante do processo de reestruturação. Isso ocorre por causa da pressão das empresas para a redução de salários e de empregados, mas também pelos obstáculos advindos da própria organização sindical, que se encontra ancorada, na maioria das vezes, em uma realidade de relações trabalhistas em extinção, sem capacidade de ação rápida para defender os interesses de seus associados.

Há hoje um verdadeiro assalto a direitos consolidados ao longo de anos de organização e luta dos trabalhadores

Os sindicatos têm tido que enfrentar uma terrível situação de insegurança com relação ao emprego. O desemprego é uma realidade dura no cotidiano do brasileiro. Na indústria, a racionalização da produção já fez desaparecer milhares de postos de trabalho. Em alguns setores, produz-se mais com menos empregados. Embora as lutas reivindicativas dos anos de 1970 e 1980 tenham efetivamente recolocado o movimento sindical brasileiro no mapa político do País, a realidade da reestruturação vem exigindo uma atitude diferente. O número de greves caiu vertiginosamente e uma negociação com o intuito de evitar queda nos salários e no emprego

EXCLUÍDOS SÃO 59% DA POPULAÇÃO DO PAÍS

Pesquisa nacional Datafolha (ligada ao jornal "Folha de São Paulo") mostra que os excluídos chegam a 59% da população do País. São pessoas que estão à margem de qualquer meio de ascensão social.

Na escola, a esmagadora maioria (86%) desses brasileiros não foi além da 8ª série de 1º grau. Quase todos (97%) têm renda familiar mensal menor do que R\$1.120,00.

De todos os segmentos sociais, é o que mais sofre com o desemprego e a precarização do trabalho: 19% vivem de bico e 10% são assalariados sem registro. Também é o grupo no qual há mais aposentados.

Um corte regional dos dados mostra que a concentração de excluídos é 1/3 maior no Nordeste do que no Sudeste. São 71% na média dos estados nordestinos, contra 53% no Sudeste e 55% no Sul.

Antítese dos excluídos, a elite se

resume a 8% dos brasileiros. É o grupo que está, sob os aspectos de renda e escolaridade, mais próximo do topo da pirâmide social.

A idade média de 35 anos é significativamente menor do que a dos excluídos (38,2 anos). A elite concentra mais brancos (85%) do que qualquer outro segmento da sociedade. É também onde há menos negros (2%) e pardos (12%).

Não por acaso, os membros da elite são os mais integrados ao mercado de trabalho formal. Mais da metade dos 77% que integram a População Economicamente Ativa tem ocupações regularizadas. A maior fatia (21%) é de assalariados com carteira assinada, seguidos de 14% de funcionários públicos, 11% de autônomos regulares, 9% de empresários e 7% de profissionais liberais.

Fonte: Folha de S. Paulo, 13/7/97.

tem sido a preocupação maior. Evidentemente isso coloca novos desafios para os sindicatos em termos de suas prioridades e de sua organização interna. Não parece eficaz insistir em um tipo de organização que não consegue detectar as mudanças ocorridas na sua base. Não é mais possível priorizar apenas aquele trabalhador de tempo integral e estável, cada vez em menor número dentro das fábricas. A realidade aponta para uma ação mais compreensiva, que se preocupa também com os desempregados, com os que se organizam em cooperativas, com os que estão no mercado informal ou trabalhando em seus domicílios.

As principais centrais sindicais — a CUT e a Força Sindical — parecem atentas às mudanças na produção e no setor de serviços, mas há diferenças significativas com respeito ao que negociar. A Força Sindical vem sendo mais flexível quanto à abdicar de certos direitos e da irredutibilidade dos salários. Em caso recente de negociação com a indústria de autopeças, o acordo firmado previu redução salarial abrindo um perigoso precedente para uma flexibilização selvagem e deletéria. A CUT mantém-se em uma postura mais combativa, ao reconhecer a necessidade de um processo de negociação mais complexo, em que as concessões acordadas não atinjam direitos importantes dos trabalhadores. O caso recente da VW do ABC paulista comprovou isso. Chegou-se a um acordo em que houve perdas, mas o salário não foi alterado.

CRISE E NOVAS ALTERNATIVAS

O futuro próximo parece sombrio para quem vive do trabalho no Brasil. O desemprego é uma das ameaças mais evidentes. Pelo lado do governo, a política econômica recessiva significa concretamente menos atividades produtivas e menos emprego. Em complemento, são nítidos os esforços para desregulamentar o mercado de trabalho, criando uma situação de insegurança para o trabalhador.

PESOS E DIREITOS ENTRE OS DOIS SISTEMAS

DIREITOS DE UM TRABALHADOR COM CARTEIRA ASSINADA

- Repouso remunerado (o domingo, descanso semanal, é pago no salário)
- Férias (após 12 meses de trabalho, 30 dias de descanso remunerados com um salário mais 33%)
- É o empregador quem recolhe o INSS
- Fundo de Garantia (o empregador recolhe o equivalente a 8% do salário, mensalmente, para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço)
- Licença-maternidade e licença-paternidade (se for homem e tiver um filho, o trabalhador tem direito a passar uma semana em casa após o nascimento do filho. Se for mulher, a licença-maternidade é de 120 dias)

Fonte: Folha de São Paulo, 18/1/1998.

SITUAÇÃO DE UM TRABALHADOR NO SISTEMA DE COOPERATIVA

- Não tem repouso remunerado (se não trabalha no sábado ou no domingo, não recebe a diária equivalente a esses dias da semana)
- Não tem direito a férias (se quiser repousar 30 dias depois de 12 meses de trabalho ininterrupto, ficará sem receber salário)
- Se quiser pagar o INSS para ter direito a assistência médica pública e aposentadoria aos 65 anos, terá de pagar o carnê do INSS por conta própria)
- Não tem FGTS
- Não tem direito à licença-maternidade e licença-paternidade. Se quiser ficar em casa após o nascimento dos filhos, terá que parar de receber salário

Da parte dos sindicatos, a perspectiva é de uma atuação essencialmente defensiva. Cabe a eles buscar soluções a partir de uma diversidade de situações de trabalho, de tipos de trabalhadores, de formas variadas de empresas, o que dificulta qualquer tarefa de representação coletiva. Nesse sentido, ganha importância estratégica o desempenho das centrais sindicais — principalmente a CUT, por ser mais combativa. A centralização das questões comuns a todas as categorias pode ser uma alternativa viável, na medida em que constrói uma crítica sistemática à política recessiva do governo, sugere alternativas que criem mais empregos (redução da jornada de trabalho, por exemplo), defende intransigentemente a integridade dos salários, combate formas disfarçadas de superexploração do trabalho — o caso das cooperativas de trabalho, apenas para citar um exemplo — e reivindica políticas de requalificação permanentes para os trabalhadores e soluções para os desempregados.

Por fim, esse momento de crise

pode ser um espaço para redefinições e novas práticas. A instituição sindical não está “fora de moda”, como insistem alguns. Embora precise se reformular para atender às exigências trazidas pela reestruturação, o sindicato permanece um mecanismo essencial de defesa dos direitos coletivos dos trabalhadores e dos seus salários. Pensar do ponto de vista coletivo é um desafio necessário para uma instituição que vem sendo solapada pelo apelo à performance individual nos ambientes de trabalho. A crise pode também incentivar à construção de laços mais intensos de solidariedade e intercâmbio com outros movimentos sociais, no País e no exterior. Afinal, já se constata, nos mais variados locais, o surgimento de formas de organização com estratégias que revêem práticas antigas e criam novos espaços para garantir melhores condições de trabalho e de vida.

José Ricardo Ramalho é professor do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ.

CONSULTA POPULAR DEBATE A BUSCA DE UM PROJETO ALTERNATIVO PARA O BRASIL

ENTRE A NAÇÃO E A BARBÁRIE

Plínio Arruda Sampaio

“Um Projeto Alternativo para o Brasil” foi o tema dos debates da Consulta Popular promovida pelo MST, pela Central de Movimentos Populares e pelo setor de Pastoral Social da CNBB, realizada de 8 a 11 de dezembro de 1997 em Itaici/SP. A atenção dos participantes esteve voltada para as questões que precisam ser inseridas na pauta política do País e para os desafios que precisam ser vencidos a fim de que se alcance uma nação verdadeiramente democrática

A Consulta Popular é fruto de uma tomada de consciência. Diversos movimentos populares liderados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e pela Central de Movimentos Populares (CMP) perceberam que a ruptura provocada pela modernização neoliberal no processo de desenvolvimento brasileiro está a exigir uma revisão cabal da estratégia, das táticas e do estilo de ação das forças populares.

A fim de dar início a essa revisão, convocaram trezentas pessoas, que militam em diversos campos da luta política e social em vários estados do País para uma reflexão sobre o tema. A reunião realizou-se, em dezembro

passado, em Itaici, no estado de São Paulo. As linhas mestras da reflexão podem ser resumidas nos quatro tópicos seguintes.

SIGNIFICADO DA RUPTURA NEOLIBERAL

De 1930 a 1980, o País experimentou um processo de desenvolvimento econômico e social ambíguo e contraditório. A economia crescia e se diversificava; as regiões integravam-se em um espaço econômico nacional; o Estado brasileiro se expandia e se fortalecia; grandes contingentes da população incorporavam-se à vida urbana, à participação política e aos padrões de consumo dos países industriais. A sociedade brasileira transformava-se, portanto, em uma nação.

Sob este aspecto, ela evoluía na direção daquilo que Caio Prado Jr. identificava como a constante da história brasileira: o esforço para passar do Brasil-Colônia para o Brasil-Nação. O processo consistia na conjugação de dois movimentos paralelos e interdependentes: a constituição de um espaço econômico controlado por centros decisórios internos; e a consolidação de um Estado capaz de subordinar esses centros decisórios a objetivos de integração das regiões, de incorporação de massas à cidadania, e de autonomia nacional. Havia, portanto, como postula Celso Furtado, um processo de “construção da nação”.

Entretanto, ao mesmo tempo em que apresentava esses aspectos positivos, o processo gerava igualmente tendências diametralmente opostas — aprofundamento da dependência e exclusão social. Durante cinquenta

anos, em razão de fatores e circunstâncias internas e internacionais da época, essas tendências contraditórias puderam conviver, freando, mas não inviabilizando, a construção nacional.

Não cabe no âmbito deste artigo a discussão de como foi possível conciliar, por tanto tempo, movimentos tão contraditórios. O que importa é constatar que os fatores externos e internos que possibilitavam aquela conciliação exauriram-se a partir dos anos de 1980 — uma década de transição, em que as classes dominantes e as forças populares se defrontaram várias vezes. No final, as primeiras conseguiram vencer, dando início a uma nova fase na história do País.

O processo de modernização da economia brasileira, deflagrado nos anos de 1990 com a vitória de Collor e consolidado, em 1994, com a ascensão de FHC à Presidência da República, é de natureza totalmente distinta do anterior. Os novos detentores do poder não pretendem construir uma nação, no sentido em que essa expressão está sendo empregada neste texto. Não compartilham, por isso mesmo, da preocupação de Celso Furtado com a interrupção da construção nacional. Eles abandonaram esse projeto e embarcaram em outro completamente diferente: querem inserir a economia brasileira na globalização, sob a égide das transnacionais, a fim de construir um estado “moderno”, voltado exclusivamente para as funções clássicas do “estado-gendarme” do modelo liberal. Quando, no primeiro pronunciamento como presidente da República, FHC declarou que seu

governo representaria o “fim da Era Vargas”, ele estava dizendo exatamente isso.

O Brasil é, hoje, portanto, não mais a “construção interrompida” de que fala Celso Furtado, mas a “construção abandonada” pelas elites dominantes. Isso quer dizer que a expansão da economia e a modernização das técnicas e dos padrões do consumo que, em certa medida estão ocorrendo, já não contribuem (e nem se propõem a isso) para o aumento da autonomia do País e para a incorporação das massas à cidadania. Pelo contrário, sob o comando das transnacionais, o crescimento econômico e a modernização significam a desintegração do espaço econômico brasileiro e a segmentação da população em duas camadas estanques: os segmentos integrados e as massas excluídas.

Quando a sociedade aceita como normal essa segmentação e não se escandaliza com a afirmação do presidente de que existem brasileiras e brasileiros “inempregáveis”, estamos diante da aceitação da barbárie. E como essa sociedade assiste indiferente à tragédia dos morros do Rio, às chacinhas de jovens na periferia de São Paulo; à degradação moral das polícias; à institucionalização do “turismo sexual”; à multiplicação dos meninos e meninas de rua; ao massacre de índios e lavradores sem terra; à destruição das suas riquezas naturais e da sua cultura; podemos dizer que a “barbárie” já está instalada no País.

Não há mais a ambigüidade da Era Vargas. Para os novos detentores do poder no Brasil, desenvolvimento consiste em um trabalho de engenharia



Luciney Martins

social que permita a coexistência de modernidade e barbárie.

A compreensão exata do que mudou com a ruptura neoliberal permite definir com precisão o dilema atual da sociedade brasileira. O País se encontra, como definiu Plínio Sampaio Júnior, “entre a nação e a barbárie”. É, por conseguinte, uma hora que coloca para as forças populares a necessidade de uma revisão da sua estratégia e das suas táticas.

NECESSIDADE DE REVER ESTRATÉGIAS

Durante toda a Era Vargas, quando era possível conciliar construção nacional com seus contrários — dependência e marginalização —, as forças populares adotaram uma estratégia de conquista do poder que não questionava os objetivos do processo de desenvolvimento então em curso. Elas propunham reformas que acelerariam esse desenvolvimento e permitiriam que seus frutos se distribuissem mais equitativamente entre as diferentes regiões e entre toda a população. Não havia, portanto, entre o discurso delas e o das classes dominantes, uma diferença substancial. Ambas propunham, por vias dis-

Sob o comando das transnacionais, o crescimento econômico e a modernização significam a desintegração do espaço econômico brasileiro e a segmentação da população em duas camadas estanques: os segmentos integrados e as massas excluídas

tintas, o acesso da população aos padrões de consumo e estilos de vida característicos dos países desenvolvidos do sistema capitalista. A diferença era que, para a direita, isso só poderia ser feito após o “crescimento do bolo”, enquanto para as forças populares a participação dos trabalhadores nesse tipo de consumo constituía uma condição para o crescimento do “bolo”.

Não se trata, neste artigo, de criticar essa postura nem de abalar as razões que levaram as forças populares a adotá-las, mas apenas constatar que, se em algum momento ela se jus-

tificava, hoje, em face do novo quadro interno e internacional formado a partir dos anos de 1980 e da ruptura política dos anos de 1990, ela se tornou insustentável. “Superar o atraso”, “chegar ao Primeiro Mundo” são consignas inteiramente dissociadas do verdadeiro dilema da sociedade brasileira atual. Portanto, discutir meios alternativos para atingir esses objetivos representa um desvio do caminho que as forças populares precisam trilhar para resolver adequadamente o dilema: nação ou barbárie.

Em vez de discutir “meios”, essas forças precisam discutir “fins”. Quais são os objetivos da Nação brasileira? Se não se trata mais de correr atrás do atraso econômico e tecnológico para proporcionar aos brasileiros uma “vida de Primeiro Mundo”, qual o tipo de vida que as forças populares propõem?

Para fins de elaboração de uma estratégia política dessas forças, a resposta à questão não se esgota na formulação do objetivo final da sua luta: a vida confortável (ainda que sem excessos do consumismo), livre e participativa que uma nação independente, democrática e socialista pode oferecer, com os recursos de que dispõe, a todos os seus habitantes. A estratégia consiste precisamente no esforço de desmembrar o objetivo final em objetivos intermediários e de encadeá-los em uma ordem que permita atingi-lo.

O esforço de reflexão dos trezentos participantes da consulta voltou-se para a identificação das questões que precisam ser colocadas na pauta política do País e para os desafios que precisam ser vencidos, a fim de que a dinâmica do processo político aponte na direção da nação democrática e socialista. Elas definem os novos objetivos estratégicos da democracia e do socialismo no Brasil.

CONSTRUIR UMA NOVA AGENDA POLÍTICA

Na formulação dos participantes da Consulta Popular, são três essas ques-



Luciney Martins

A busca de um projeto político para o Brasil uniu diversos grupos

BRASIL GASTARÁ US\$ 50 BILHÕES COM A DÍVIDA EXTERNA

O Brasil vai gastar este ano US\$ 22 bilhões só com a amortização da dívida externa de longo prazo (contratos com vencimento acima de um ano). O montante, inferior aos US\$ 27 bilhões gastos no ano passado, equivale a 40% das reservas do País em dólares. Além disso, a dívida de curto prazo (com vencimento em um ano) que vence este ano chega a US\$ 28,7 bilhões, totalizando US\$ 50,7 bilhões em compromissos que o País tem que honrar este ano com os credores externos.

A dívida externa total do Brasil é de US\$ 188,4 bilhões, sendo US\$ 159,7 bilhões de longo prazo e US\$ 28,7 bilhões de curto prazo. A maior parte da amortização prevista da dívida de longo prazo — US\$ 17 bilhões — diz respeito ao endividamento do setor público não financeiro e do setor privado. Os outros US\$ 5 bilhões referem-se à dívida dos bancos públicos e privados com a captação de recursos para agroindústria, amparados pela resolução 2.148, a chamada *63 Caipira*.

Fonte: Jornal do Brasil, 12/2/98.

tões básicas: democracia; nação; e cultura brasileira.

A *questão da democracia* diz respeito à homogeneização social do País — condição *sine qua non* para o funcionamento adequado das instituições democráticas. Para colocá-la na pauta política, as forças populares precisam desenvolver simultaneamente três frentes de luta: reforma do estado; reformas estruturais para distribuir a riqueza e a renda; e reformas destinadas a garantir a todos os brasileiros acesso à educação, à cultura e aos meios de comunicação social.

A *questão nacional* gira em torno da superação da dependência econômica e cultural do País diante dos centros do sistema capitalista mundial. Ela envolve a escolha de tecnologias a regulamentação dos investimentos estrangeiros, a seleção das parcerias comerciais, a diretriz da política internacional do País e implica a recusa de qualquer relação de subordinação em relação a forças externas. Para que esta última consigna não soe como uma bravata, ela pressupõe a construção de uma capacidade (subjetiva e objetiva) de resistir às represálias.

A *questão da cultura* é a mais complexa e difícil. Consiste em desenvolver na consciência de todos os brasileiros a imagem da nação que ver-

"VERÁS QUE UM FILHO TEU NÃO FOGE À LUTA"

Andréa Damacena

A consulta popular realizada entre 8 e 11 de dezembro de 1997 em Itaici/SP foi organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pela Central de Movimentos Populares (CMP) e pelo Setor Pastoral Social (CNBB). Ela expressa uma atitude de coragem e ousadia de mulheres e homens comprometidos com a reconstrução nacional. Foi um primeiro momento de revitalização e articulação de segmentos sociais em torno de um "Projeto alternativo para o Brasil" (tema do encontro), contrário ao atual modelo de desenvolvimento.

A consulta reativou a capacidade mobilizadora e crítica dos movimentos populares que, na invisibilidade do cotidiano, permanecem em lutas de resistência e combatem a exclusão social imposta pelas escolhas das elites.

É um mecanismo com potencialidade de viabilizar um projeto para o Brasil, pois convoca aqueles que acreditam no que hoje parece inalcançável, a livremente se comprometerem.

Durante o encontro, os representantes estaduais, convidados e de-

mais participantes experimentaram sentimentos de alegria e esperança, manifestados em poesias, músicas, festa. Também, declararam a necessidade de transformar os rumos das políticas econômica, social e cultural em curso. A subordinação do País às regras do mercado financeiro internacional, o autoritarismo das elites, o crescimento das desigualdades sociais e uma cultura de subserviência disseminada na população, tudo isso bloqueia o desenvolvimento autônomo que o Brasil pode alcançar.

O projeto alternativo para o Brasil não está vinculado exclusivamente ao momento eleitoral; foi concebido como longo itinerário, ainda que integrando ações de curto, médio e longo prazos. Fundamentalmente, exige a refundação de idéias, valores e atitudes pelo prisma de uma sociedade solidária, democrática e justa.

Em vista desta refundação, foram assumidas várias linhas de ação, dentre as quais destacamos: ampliar o debate sobre o projeto, reunindo grupos e setores da sociedade brasileira interessados; formar equipes pedagógicas nos estados e municípios, para iniciar discussões políticas diretamente com o povo; promover mobilizações que reúnam diferentes categorias sociais em torno dos eixos terra,

trabalho, moradia, saúde e educação.

O contato direto com a população e o desenvolvimento de programas educativos de base foram preocupações apresentadas pelos representantes dos movimentos. Tais preocupações indicam significativa autocrítica da relação que eles travaram com as massas e o reconhecimento do distanciamento entre as lideranças e suas bases sociais nas últimas décadas.

As perspectivas de renovação desse relacionamento ficaram claras, ao se dar prioridade à formação de equipes pedagógicas locais e quadros permanentes, ao retorno ao trabalho de base e ao desenvolvimento de uma mística da transformação.

Por fim, a consulta popular convida todas e todos à defesa intransigente da vida e à mudança de uma cultura que subordina, aliena e nega o ser humano em sua expressão. Propõe formas de desobediência cívica, acredita na organização como instrumento de poder e no fortalecimento da ética. Somos estimulados por esse gesto a realizar, em nosso cotidiano, ações que somem para a construção deste projeto alternativo para o Brasil.

Andréa Damacena é socióloga e integra a equipe de pesquisadores do Ceris.

dadeiramente interessa ao povo brasileiro — a que permite realizar os ideais de igualdade, liberdade, cooperação e solidariedade do socialismo. Supõe, portanto, a desmitificação do consumismo desvaído das sociedades capitalistas e a valorização de modos e estilos de vida compatíveis com uma igualdade maior no consumo dos bens materiais, com um maior intercâmbio cultural entre as pessoas, com o equilíbrio ecológico. O inimigo principal, no campo da cultura, são os meios de comunicação de massa a serviço da difusão de estilos de vida e padrões de consumo alienígenas, incompatíveis com as possibilidades do nosso desenvolvimento e com os valores básicos da nossa sociedade.

DESAFIOS E TAREFAS PARA MUDAR A AGENDA POLÍTICA

Dois são os desafios principais a vencer, a fim de que essas três questões entrem na pauta política do País. O primeiro consiste em contrapor aos objetivos estratégicos das classes dominantes — estabilidade monetária, competitividade da economia, redução do "custo-Brasil" — os objetivos estratégicos do povo. Estes são: terra, trabalho, moradia e habitação (na ordem econômica); cidadania democrática e autonomia da nação (na ordem política); e defesa da nossa identidade como povo (no plano da cultura).

O segundo desafio consiste em articular os atores sociais verdadeiramente interessados na concretização desses objetivos em um "bloco popu-

lar" apto a conduzir o povo brasileiro, numa luta prolongada, a um confronto decisivo com as classes dominantes.

Para vencer esses desafios é preciso cumprir tarefas. Os participantes da consulta definiram algumas, tanto no plano da pesquisa teórica como no da organização e da comunicação social, comprometendo-se a atuar no interior das organizações em que militam, para que elas sejam executadas.

Plínio Arruda Sampaio é advogado, professor da PUC/SP e assessor de movimentos populares e de igrejas.

VATICANO ASSUME O DESAFIO DA REFORMA AGRÁRIA

Antonio Canuto

O Pontifício Conselho Justiça e Paz, no dia 13 de janeiro, lançou, no Vaticano, o documento "Por uma melhor distribuição da Terra — O desafio da reforma agrária", abordando de frente a grave questão da concentração da terra e propondo abertamente a reforma agrária "como um instrumento de desenvolvimento econômico e social"

O documento "Por uma melhor distribuição da Terra — O desafio da reforma agrária" é situado pelo Vaticano no contexto da celebração do jubileu do ano 2.000. Como enfatiza a apresentação, "o presente documento propõe-se alertar para os dramáticos problemas humanos, sociais e éticos que o fenômeno da concentração e apropriação indevidas da terra levanta". "O grande Jubileu do ano 2.000 é um desafio à conversão, também no plano social e político. A conversão destina-se a restabelecer o direito dos pobres e marginalizados, de forma a que possam, também eles, gozar da terra e dos seus bens, bens que o Senhor deu a todos".

Comentava-se, no ano passado, que o documento do Vaticano sobre a reforma agrária seria lançado no Brasil por ocasião da visita do papa. Certamente argumentos de ordem diplo-

mática devem ter desaconselhado o lançamento naquela oportunidade.

O documento vem a lume dezessete anos depois que a CNBB aprovou, quase por unanimidade (somente quatro votos contrários), o texto "Igreja e Problemas da Terra", em que se fez a distinção clara entre terra de exploração e terra de trabalho. Um espaço suficiente para o amadurecimento da questão e para uma tomada de consciência mais universal para a problemática que aflige milhões de pessoas em quase todos os continentes.

Apesar de o documento ter uma destinação universal, e apesar de o governo brasileiro negar enfaticamente que as reflexões se dirijam ao nosso país, é evidente a referência a ele: está explícita em duas notas ao pé de página. A nota à "Premissa" cita o Manifesto da CPT de 1995 e dois documentos da CNBB, de 1996. Os demais documentos citados são todos da América Latina. Na segunda parte do documento, ao falar das intervenções do papa João Paulo II, todas elas também a países da América Latina, das nove citações quatro são dirigidas ao Brasil.

O documento é dividido em três capítulos. O primeiro trata dos problemas ligados à concentração da propriedade da terra: a realidade e os empecilhos institucionais, estruturais e legais que impedem a reforma agrária.

A parte doutrinal é abordada no capítulo II (os fundamentos bíblicos de uma justa e igual repartição da terra e os documentos da Doutrina Social da Igreja). Destacam-se a *Gaudium et Spes*, do Concílio Vaticano II, a *Mater et Magistra*, de João XXIII, e diversas encíclicas e pronuncia-

mentos de João Paulo II, entre muitos outros.

Já o capítulo III apresenta reforma agrária como instrumento de desenvolvimento econômico e social. Reforma que não deve ser só distribuição de terras, mas que exige adequada oferta de tecnologias apropriadas, infra-estrutura, acesso ao crédito, investimentos em serviços, etc.

ALGUNS DESTAQUES

Ocupações

As ocupações são analisadas dentro do princípio da Doutrina Social da Igreja sobre a destinação universal dos bens. Nunca utiliza o termo "invasões". O direito da propriedade particular tem como limite "o direito de cada ser humano ao uso dos bens necessários para viver." "Esta doutrina ajuda na avaliação de algumas situações complexas de grande relevo ético-social, tais como (...) os casos de ocupação de terras incultas".

A reforma agrária "é a única resposta eficaz e possível, a resposta da lei, ao problema da ocupação da terra." Elas não se enquadram perfeitamente dentro das normas da convivência, mas são expressão "de situações intoleráveis e deploráveis no plano moral e são um sinal alarmante que exige a atuação, a nível social e político, de soluções eficazes e justas."

A solução deve vir dos governos. "São os governos interpelados, na sua vontade e determinação, a fim de fornecerem urgentemente estas soluções. O retardamento e o adiamento da reforma agrária tiram toda a credibilidade às suas ações de denúncia e repressão da ocupação da terra".



Lourdes Grzybowski

O documento do Vaticano afirma que reforma agrária não significa apenas distribuição de terras mas apoio estrutural e investimentos governamentais

Latifúndio

O latifúndio é qualificado de “escândalo” “desordem”, “ilegítimo”, “grave e vil forma de falta de solidariedade entre os seres humanos”, “apropriação indevida”. Cria “situações e lutas escandalosas”, “insuportáveis injustiças”, “perversas desigualdades” e “desequilíbrios desumanizantes”, “obstáculos ao desenvolvimento econômico”.

O latifúndio “contrasta com o princípio de que ‘a terra foi dada a todos e não apenas aos ricos’ (...) Os privilégios assegurados pelo latifúndio são causa de lutas escandalosas e de situações de dependência e de opressão, tanto em escala nacional quanto internacional”.

O latifúndio, e não as ocupações, é responsável pelos conflitos. “As perversas desigualdades na distribuição dos bens comuns e das oportunidades de desenvolvimento de cada pessoa e dos desequilíbrios desumanizantes nas relações individuais e coletivas, provocados por semelhante concentração, são a causa de conflitos que minam as bases da convivência civil e provocam a ruptura do tecido social e a degradação do meio ambiente”.

Violência

“A elite fundiária e as grandes empresas (...) não hesitaram, em muitas ocasiões, em instaurar um clima de terror para abafar os protestos dos trabalha-

dores (...). O mesmo clima se tem instaurado para vencer os conflitos com os pequenos agricultores que cultivam há muito tempo terras, (...) ou para se apropriar das terras ocupadas pelos povos indígenas.”

O documento cita as intimidações, as prisões ilegais e o recurso a pistoleiros. E diz que “os representantes do poder público, muitas vezes, são diretamente cúmplices destas violências”, e que “a impunidade aos executores e mandatários dos crimes é garantida por deficiências na administração da justiça”.

Índios

A questão das terras indígenas mereceu bom destaque. “Pode ainda acontecer que os indígenas corram o risco, tão absurdo quanto concreto, de serem considerados invasores das suas terras”.

Como consequência das políticas adotadas, diz: “Os povos indígenas têm de assistir à dissolução das suas instituições econômicas, sociais, políticas e culturais e à destruição do equilíbrio ambiental dos seus territórios”.

A reforma agrária deve também encontrar formas justas e racionais para “o problema da restituição aos povos indígenas das terras que eles tradicionalmente ocupavam”.

Ao longo de todo o documento, a propriedade particular da terra é de-

fendida e o acesso de todos a elas. Ao tratar dos povos indígenas defende “a propriedade comunitária que caracteriza a estrutura social de numerosos povos indígenas (...) e que constitui um elemento fundamental da sua sobrevivência e do seu bem-estar”.

Defende, porém, também, a propriedade particular em terras indígenas: “Razões bem fundamentadas levam a prever, mesmo no caso dos povos indígenas, o desenvolvimento de uma política de atribuição individual da propriedade da terra”.

Não conhecemos as razões que levaram o Pontifício Conselho Justiça e Paz a fazer tais afirmações. Toda a ação da pastoral indigenista da igreja do Brasil, encabeçada pelo Cimi, defende intransigentemente a posse comum da terra. É a única forma de garantir a sobrevivência do grupo como um povo. A propriedade particular seria um golpe fatal na defesa e manutenção da identidade indígena e é o que frequentemente tem sido proposto por órgãos governamentais e pelos que lutam pela integração do índio à sociedade envolvente. É o caminho mais fácil de destruir o povo e de se apoderar de suas terras.

Mulheres

O documento toca também na situação que as mulheres enfrentam. São elas que nos países em via de desenvolvimento “fornecem mais da metade do trabalho empregado na agricultura”. “É essencial para o sucesso dos programas de reforma agrária a preocupação de garantir à mulher um direito efetivo à terra”.

O documento aparece numa hora muito importante e vem ser um apoio e um estímulo aos trabalhadores rurais e suas organizações e a todos os que, como a CPT, a eles se aliam.

Antonio Canuto é secretário de Comunicação da CPT Nacional.

VIOLÊNCIA, ÉTICA E SOCIEDADE

OS ADOLESCENTES INFRATORES E O DIREITO À PROTEÇÃO

Paulo Cesar Pontes Fraga e Kathie Njaine

O Estatuto da Criança e do Adolescente representa um avanço em relação ao Código de Menores que vigorou no Brasil de 1927 a 1990, no que diz respeito à garantia dos direitos fundamentais da população infanto-juvenil. Todavia, ainda há muito o que ser feito por parte da sociedade brasileira para superar a mentalidade primitiva e enfrentar a violência sem violência. Este artigo embasa esse desafio

Ganha espaço significativo na sociedade brasileira a discussão sobre o fim da inimputabilidade penal para menores de 18 anos. Para tanto, tramitam no Congresso Nacional seis projetos de lei visando baixar a responsabilidade penal para 16 ou 14 anos. Essas iniciativas conjugam-se com os interesses de setores da sociedade que depositam no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8069/90, a responsabilidade pelo aumento da participação de adolescentes na autoria de atos infracionais. Alegam ser o ECA pouco rígido, e o fato de a lei não prever a criminalização para adolescentes é interpre-

tado como forma de impunidade e estímulo para a prática de novos atos infracionais.

O discurso que credencia o encarceramento em idades cada vez mais baixas como forma de combate à criminalidade tem ampla legitimidade em nossa formação social. Isso fundamenta-se, principalmente, na mentalidade construída historicamente de que a criança e o jovem que cometem delitos são merecedores de rígidas políticas de segurança visando resguardar a sociedade dos possíveis danos a ela causados pela ação desses agentes, não atribuindo, entretanto, à sociedade qualquer responsabilidade para com os adolescentes.

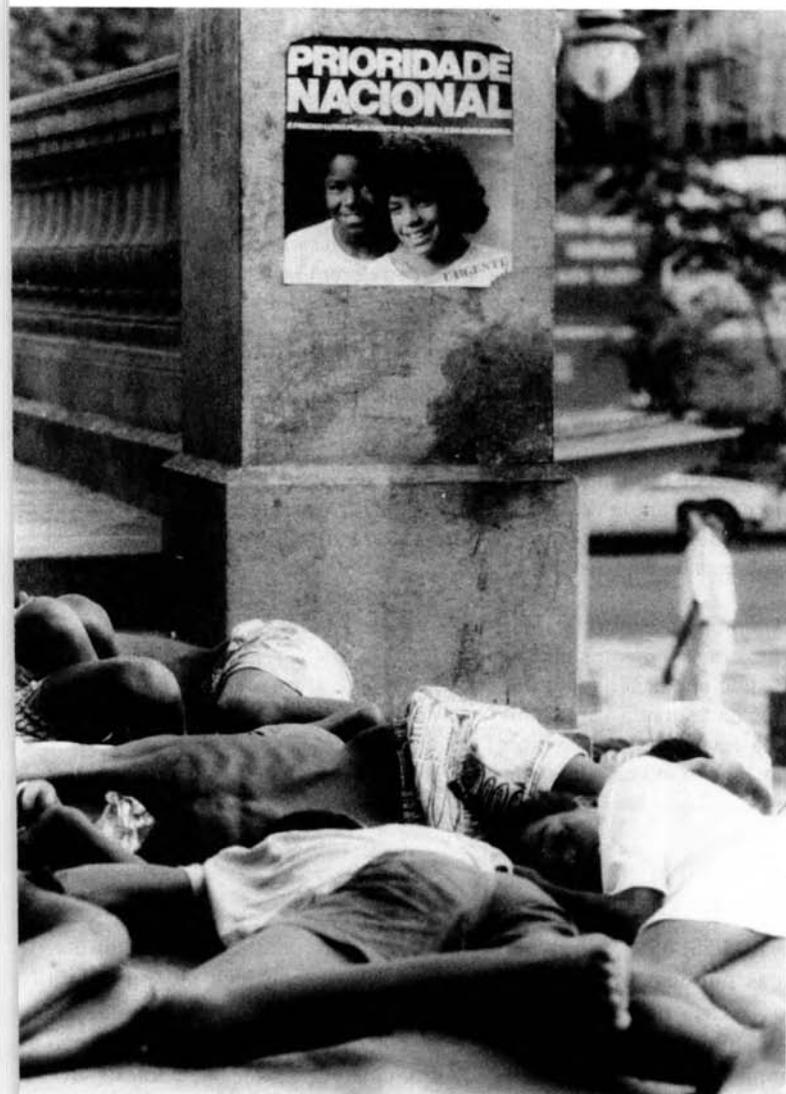
Foi a partir dessa mentalidade e do princípio de que os pobres, devido a sua condição social, são potencialmente perigosos e de que as crianças e os jovens que perambulam pelas ruas representam um perigo real ao restante da população, que durante um longo período vigorou o Código de Menores. A lei foi criada em 1927, adaptada em 1979 e existiu até 1990, quando foi substituída pelo ECA. O Código de Menores caracterizou-se como um rigoroso instrumento de controle social não apenas de crianças e de jovens que cometiam delitos, mas da população infanto-juvenil pobre em geral, já que previa medidas como a internação para crianças cujos pais não tinham condições de sustentar, assim como para delinquentes. O Código claramente criminalizava a pobreza.

UM INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O Estatuto da Criança e do Adolescente diferencia-se na abordagem à criança e ao adolescente do Código de Menores. Não se trata de uma lei cuja aplicação ocorre em situações tidas como irregulares, apenas. É um instrumento de desenvolvimento social que assegura à totalidade da população infanto-juvenil proteção integral e prioritária, entendendo-a como sujeito de direitos, sendo dever da sociedade e do Estado garantir-lhe os direitos fundamentais. O Estatuto particulariza crianças e jovens em situação de maus-tratos e abandono de adolescentes infratores, prevendo para a primeira condição uma série de medidas protetivas como: colocação em famílias substitutas; afastamento dos pais ou responsáveis quando estes são os agressores; e medida de abrigo. Aos infratores são previstas as seguintes medidas: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade ou internação em estabelecimento educacional.

Dessa forma não é correto imputar ao Estatuto omissão em relação à prática de delitos por adolescentes. Todavia, a lei é permeada de uma mentalidade não-punitiva, centrada no caráter socioeducativo das medidas, considerando os adolescentes seres humanos em processo de desenvolvimento físico e emocional.

Assim, há na pretensão de reduzir a idade da responsabilidade penal um



Nando Neves/ Documenta

A lógica excludente perpetua a prática comum na história do Brasil de considerar “o outro” como “não-gente”

deslocamento no foco real pelo qual se deva enquadrar a temática do adolescente infrator e da violência em geral. É leviano tratar questão extremamente complexa quanto a problemática do infrator e da violência pela ótica da abordagem da delinquência como desvio de conduta ou da marginalidade como estratégia de sobrevivência. A primeira por conter o determinismo ideológico que considera a pobreza como o meio social ideal para o aparecimento do crime, e caracterizado como carente de moralidade básica. A segunda por limitar-se a uma abordagem que justifica a prática de

atos delituosos pelas condições de vida. Encerrar-se nessas concepções é desconsiderar a complexa rede que envolve a prática dos atos infracionais, em particular, e da violência, em geral.

Expostos à violência doméstica, estrutural e da delinquência, os adolescentes de baixa renda autores de ato infracional produzem violência, mas são vítimas privilegiadas de homicídios e de outros atos igualmente violentos. Dessa forma consideram-se somente o crime e a criminalidade como manifestação de violência.

O discurso que credencia o encarceramento em idades cada vez mais baixas como forma de combate à criminalidade tem ampla legitimidade em nossa formação social

LÓGICA EXCLUDENTE

O caráter de historicidade adquirido pelo fenômeno da violência revela ser a população pobre a mais diretamente atingida pelos seus efeitos, assim como os jovens, seja nos eventos de mortalidade ou de morbidade. Tendese, assim, a perpetuar a prática largamente comum em toda a nossa história de considerar o outro como “não-gente”; ou seja, aqueles que não se enquadram nos modelos sociais de comportamento ou de consumo não são cidadãos, revelando a existência de um modelo de cidadania estruturado, cindido e excludente.

Essa lógica esteve presente no período colonial quando o escravo só era considerado ser humano quando cometia um crime, pois assim era julgado para receber castigo. Igualmente, nos primórdios da República, nos acontecimentos de Canudos no sertão baiano, quando milhares de pessoas foram executadas após se entregarem às forças policiais. Determinados grupos, devido a sua condição social, de gênero, econômica ou étnica, estão mais expostos à violência, caracterizando o que Hannah Arendt denomina população supérflua. Para esta autora, a prática do extermínio é parte de um projeto político de grupos que se arrogam o direito e o poder de selecionar camadas da sociedade a serem eliminadas, expulsas ou circunscritas, não sendo algo que se localiza em um setor particular da sociedade, mas aquilo que se define para essa parcela como justo e legal.

É leviano tratar questão extremamente complexa quanto a problemática do infrator e da violência pela ótica da abordagem da delinquência

Vincular pobreza e prática de violência é, portanto, uma opção ideológica, e considerá-la como um problema ético é reconhecer a amplitude do fenômeno, a sua seletiva definição e os agentes que a produzem. Pobreza e violência devem ser relacionadas, mas identificando nessa relação os sujeitos pobres como os mais expostos à violência nas suas mais variadas manifestações.

Dados recentes revelam uma lógica discriminatória e disseminada. Para esses adolescentes, a sociedade e o estado de direito não reservam nenhum projeto. Acredita-se ser mais fácil e menos custoso a sua eliminação (encarcerando-os ou eliminando-os fisicamente).

Carentes de direitos básicos como educação e saúde; necessitando cedo entrar no mundo adulto, principalmente por meio do trabalho precoce; além de sofrer vários tipos de violência, como já indicamos; não recebem proteção especial e são cada vez mais cedo recrutados pelo tráfico de drogas, que encontra nas favelas e em bairros da periferia um exército em potencial disponível. Em 1996, conforme dados da Segunda Vara da Infância e Juventude do Rio de Janeiro, quase metade dos adolescentes internados estavam relacionados à prática de ato infracional circunscrita ao uso ou tráfico de entorpecentes, contrariando uma tendência histórica de concentração da maioria dos atos infracionais nos chamados crimes contra o patrimônio (roubo e furto).

MORTE PREMATURA

Estudos recentes sobre homicídios contra adolescentes de 10 a 19 anos na cidade do Rio de Janeiro (no período de 1980 a 1994) apontam 6.856 óbitos. Isso significa 37 óbitos por mês ou 1,2 por dia. A faixa etária na qual ocorrem mais eventos é a faixa de 15-19 anos (92,6%) e 90,9% são do sexo masculino, a maioria analfabeta ou sem concluir o 1º grau.

Observa-se, também, que no referido período houve o aumento de 121,6% da taxa de mortalidade por homicídio na faixa etária de 10 a 19 anos; passou de 29,6/100.000 em 1980 para a taxa de 65,6/100.000 em 1994.

Revelando um quadro diferente, em que atos mais violentos ou considerados hediondos são minoritários, dados da Segunda Vara da Infância e da Juventude da Comarca do Rio de Janeiro indicam que nos

últimos seis anos foram abertos 121 processos referentes a homicídios praticados por adolescentes (0,005% do total) e que do total de atos infracionais praticados por pessoas nessa faixa etária apenas 7,6% referem-se a crimes contra a pessoa (homicídio, homicídio culposo, lesões corporais, lesões corporais culposas e outros), enquanto os crimes contra os costumes (sedução, estupro e outros) representam 1,57% do total. Em comum com os dados de homicídios contra adolescentes, as informações de atos infracionais indicam que 44,38% dos adolescentes são analfabetos e 51,57% não possuem o 1º grau completo.

Fonte: Fraternidade e educação: a serviço da vida e da esperança: texto-base / Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1998 (Campanha da Fraternidade)

UM BASTA AO DESCASO

As políticas públicas e os serviços destinados a essa população ainda baseiam-se em uma mentalidade punitiva, simplesmente. No Rio de Janeiro, instituições como as escolas João Luiz Alves e Santos Dumont, utilizadas para internar meninos e meninas em cumprimento de medidas socioeducativas, caracterizam-se pelo descaso e não apresentam alternativas de valores para essas pessoas.

Outro problema grave é o ainda baixo número de aplicação de medidas socioeducativas alternativas como a reparação do dano e prestação de serviços à comunidade para adolescentes que cometeram pequenos delitos. Isso se deve a dois fatores fundamentais: a falta de articulação entre Poder Executivo, Poder Legislativo e sociedade; e a mentalidade punitiva que permeia mentes e corações.

Dessa forma, é importante atentarmos que o Estatuto da Criança e do

Adolescente, ainda que seja um instrumento que avança no sentido da melhoria das condições de vida, por si só não é capaz de alterar a situação dramática de crianças e adolescentes brasileiros, já que, paradoxalmente, a existência da lei não garante o seu exercício. A sociedade, ou pelo menos os que acreditam numa vida mais fraterna, precisa transformar o documento em fato.

Paulo Cesar Pontes Fraga e Kathie Njaine são pesquisadores-visitantes do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde/ENSP/Fiocruz. Convênio Fiocruz/Faperj.

PERSPECTIVAS ECUMÊNICAS PARA O FINAL DO SÉCULO

Emilio Castro

O ecumenismo é um processo irreversível. Esta é a afirmação do ex-secretário-geral do Conselho Mundial de Igrejas, Emilio Castro, que, ao analisar neste artigo as perspectivas ecumênicas para o final do século, reconhece a existência de discrepâncias e crises, as quais, no entanto, seriam insuficientes para romper a vocação ecumênica já concretizada



Peter Williams/ CMI

A primeira afirmação, fundamental para nossa vocação ecumênica na América Latina, é que devemos internalizar em nossa consciência que a unidade da Igreja não é acidental, nem sequer algo que possa ser reduzido à categoria do conveniente, mas essencial ao nosso ser como Igreja. Se nos falta a consciência de pertencer ao único Corpo de Cristo, nos falta algo essencial à nossa convicção cristã e eclesial.

Por isso, tanto nos níveis mais altos de nossas respectivas igrejas, como nos níveis populares, o ecumenismo é um processo irreversível. Pode incomodar, pode nos obrigar a enfrentar discrepâncias que ainda não sabemos como resolver, as condutas respectivas podem ser mal interpretadas, mas tudo isso já não tem força suficiente para romper nossa vocação ecumênica. Nossa convicção é de que

de alguma forma estamos tratando de responder à oração de Nosso Senhor para que todos sejam um.

Damos graças a Deus pela rica experiência ecumênica já vivida em nossas Américas. Na América Latina, em particular, houve uma intensa colaboração nos anos duros das ditaduras, nos quais a defesa dos direitos humanos implicava um convite ao martírio e à marginalização. Católicos e protestantes estiveram juntos defendendo a criatura humana na qual discerniam o rosto de Jesus Cristo crucificado e ressuscitado. Talvez nos falte a tarefa de promoção do conhecimento desses fatos no interior de nossas comunidades para que tudo possa ser celebrado como se deve e apresentado como ação de graças diante de Deus e, ao mesmo tempo, se constitua num estímulo para a tarefa ecumênica que ainda nos espera.

Ecumenismo é entrar na missão da Igreja, não é periférico; não pode existir missão sem preocupação pelo outro. Por isso gostaria de discutir a frase muito comum que se utiliza para referirmo-nos ao estado atual de nossas relações “como uma comunhão ainda imperfeita”, ou ainda incompleta. Entendo o sentido realista dessa frase, todavia não nos constituímos numa única Igreja, ainda não reconhecemos a validade de nossos ministérios específicos. Entretanto, parece que a frase não faz justiça à profundidade da experiência ecumênica, porque não se trata, simplesmente, de uma experiência subjetiva, mas de uma realidade objetiva no coração mesmo de Deus.

“QUE TODOS SEJAM UM”

No texto fundamental para a unidade da Igreja — “Que todos sejam um

para que o mundo creia”, Jesus afirma claramente que todos sejam um, não apenas no modelo da Trindade — “como nós somos um” — mas que nossa unidade seja na Trindade — “em nós”. É a comunhão que temos com Cristo que faz com que a comunhão de uns com os outros em Cristo seja perfeita.

O batismo, no qual fomos sepultados em Cristo e levantados com Ele para a nova vida; a oração comunitária, na qual nos apresentamos juntos diante de Deus ou dentro de Deus; nossas orações individuais ou comunitárias separadas, mas que se encontram no nome de Cristo no seio mesmo de Deus; configuram uma realidade de unidade, de solidariedade, que talvez não possamos expressar ainda em categorias conceituais e que, sem dúvida, fica evidente que não explicitamos em decisões eclesiais institucionais. Entretanto, estamos mais unidos do que podemos expressar, mais unidos do que a frase “comunhão incompleta ou imperfeita” pode nos fazer crer. O problema todo diz respeito ao lugar onde colocamos a ênfase: se é em Cristo como centro, base, garantia, defensor de nossa comunhão, ou em nós mesmos com nossas limitações humanas e institucionais.

Certamente não desconhecemos que nos grandes debates doutrinários estamos chegando ao essencial, colocando-nos o problema da autoridade na Igreja e, especialmente, a autoridade do Magistério. Ainda estamos muito longe e é muito difícil que em pouco tempo possamos encontrar uma solução conceitual e prática para o problema, se depender de nós. Porém, estamos esperando um milagre, preparando o caminho como João Batista, esperando a chegada do Senhor anunciado.

Vivemos a fé de tal maneira que, sem nos darmos conta, vamos nos percebendo no interior de uma tradição comum, estamos descobrindo que pertencemos ao mesmo rio da fé que Deus acompanha com seu Espírito ao lon-

*São de tal monta os
problemas que nossas
sociedades enfrentam
que não podemos
esperar para somar
forças na tarefa comum
de proclamar o
Evangelho da dignidade
humana*

go dos séculos. Estamos entrando no clima que pode iluminar nossa inteligência para nos permitir superar questões doutrinárias e institucionais que ainda nos dividem.

O primeiro convite pois, a uns e a outros, é para reatualizar, reinternacionalizar, celebrar, reviver, reconhecer, agradecer a unidade que temos em Cristo e pedir de Deus a iluminação para que, dessa perspectiva, todo o nosso ministério e todas as nossas relações recíprocas possam ser iluminadas e enriquecidas.

A RIQUEZA DE NOSSA PLURALIDADE CRISTÃ

A segunda grande constatação que parece fundamental para nossa vocação ecumênica no Continente é reconhecer que a presença cristã é eminentemente pluralista. É fácil reconhecê-la no Canadá e na América do Norte, onde existe uma longa história de convivência entre as diferentes famílias cristãs. É igualmente fácil reconhecê-la no Caribe, em virtude de sua história e, ali mesmo, reconhecer a pujança de outras opções religiosas que vão mais além do cristianismo.

Onde é mais difícil reconhecer essa realidade pluralista é na América Latina devido ao longo período hegemônico de uma religiosidade católica, tanto oficial como popular. Mas hoje em dia os fatos falam por si mesmos; não é apenas um problema de estatísticas, embora estas pos-

sam abonar o que estamos dizendo. A consciência popular da diversidade de manifestações da fé cristã nos obriga a enfrentar o amanhã na riqueza dessa pluralidade. Uso intencionalmente a palavra riqueza porque parece que o único caminho ecumênico possível é crescer no reconhecimento recíproco das afirmações fundamentais da fé cristã e das espiritualidades que se foram desenvolvendo para que a existência do outro seja uma contribuição à riqueza total do Corpo de Cristo, e não simplesmente considerada como um fator de divisão.

Isso é muito difícil, especialmente para os amigos católicos, que tiveram que enfrentar as novas manifestações religiosas, algumas concebidas como invasão externa à cultura latino-americana, outras como manifestações estranhas surgindo nos setores populares do Continente. Entretanto, se não levamos em conta que em toda essa multiplicidade há manifestações do Espírito, que não podem ser simplesmente deixadas de lado, perdemos a oportunidade de construir um

Peter Williams/ CMI





Há muito o que fazer para que os diferentes grupos religiosos se conheçam e se respeitem em prol de uma conversão ecumênica que marque o novo milênio

ser Igreja cada vez mais rico. Todo fundamentalismo exclusivista não resiste aos dados da realidade, não apenas à existência de outras comunidades eclesiais, como também os casamentos confessionalmente mistos, as amizades que se vão tecendo, os encontros que acontecem, as pontes que se vão construindo.

Isso é fato. É verdade que ele configura também proselitismo, agressividade, juízos particulares. Para nós, evangélicos ou protestantes, dói a utilização fácil do termo "seita", aquilo que ele tem de pejorativo, para a referência a grupos diferentes da Igreja Católica. Mas também estou certo de que aos amigos e irmãos católicos lhes dói profundamente ser chamados ou considerados "idólatras", adoradores de imagens, reacionários, etc., palavras que tiveram de ouvir. Temos uma realidade de conflitos em alguns setores, uma realidade negativa de caricaturizações recíprocas, mas há uma potencialidade de crescer na direção do reconhecimento mútuo perguntando-nos sempre como podemos

aprender uns dos outros, como podemos corrigir-nos uns aos outros.

Devemos ser conscientes da história de nosso continente, mas ser prisioneiros dela. O ângulo missionário, a responsabilidade comum pela evangelização e pela transformação das injustiças que prevalecem estão muito mais próximos do anúncio do Reino que vem em Jesus Cristo. Por ali passa a história, por ali passa nossa recíproca responsabilidade ecumênica.

No passado tivemos alianças muito diferentes para controlar uns aos outros ou manifestar nossas desconfianças. Alianças de uma igreja com forças do governo, de outras igrejas com forças liberais, até mesmo com a maçonaria, para controlar o poder cultural da Igreja Católica. Hoje vivemos o momento no qual toda essa história está sendo analisada com honestidade, com sinceridade; e se fazemos isso à luz do desafio missionário que temos nos dias atuais, pode haver muita coisa para ser corrigida, muito para aprendermos uns com os outros.

UM CAMINHO JÁ PERCORRIDO

Em terceiro lugar, já existe uma experiência ecumênica realizada entre a Igreja Católica e as igrejas protestantes chamadas históricas, isto é, aquelas com algumas décadas ou séculos de existência e que por intermédio de sua organização e da clareza de sua apresentação doutrinal podem ser facilmente compreendidas e reconhecidas como tal. Por outro lado, muito mais difícil é o relacionamento dessas igrejas e da Igreja Católica com a multiplicidade de grupos que se apresentam como herdeiros da mensagem bíblica, que se apresentam como evangélicos mas que não têm uma estrutura central com a qual seja fácil estabelecer comparações ou relações. Existem mais de quinhentos grupos evangélicos independentes num país como Chile e, sem dúvida, o panorama não é muito diferente do resto do continente latino-americano.

A pergunta, então, é genuína: Como estabelecer critérios de relacionamento com toda essa multiplicidade de grupos? Creio que devemos nos armar de paciência e assumir os riscos ecumênicos correspondentes. Há muito o que fazer para nos conhecermos melhor, para permitir que uns e outros se expliquem em termos de suas próprias prioridades, suas próprias percepções, antes que os classifiquemos com nossas categorias. É verdade que ainda existem manifestações de imperialismo religioso, de grupos que, por seu grande crescimento e poder econômico, parecem crer que a conquista do mundo é o seu destino manifesto.

O reconhecimento, na história de todas as nossas igrejas, de momentos nos quais essa mesma ideologia de cristandade dominou teria que nos dar a paciência, a perspectiva e o tempo necessário para antecipar as mudanças que se vão produzir e as possibilidades construtivas que existem nessas manifestações hoje polêmicas, mas que devemos, sem dúvida, criticar para ajudá-las a se purificarem. O ecumenismo não significa que tudo

Ecumenismo é entrar na missão da Igreja, não é periférico; não pode existir missão sem preocupação pelo outro

está bem, mas implica em aceitar que a unidade com todos os que confessam o nome de Jesus Cristo é a promessa que Deus nos fez na oração com a qual Jesus cobre todo o ministério de seu povo. Em conseqüência, toda relação deve ser esperançosa e que antecipe possibilidades que hoje não se dão. É algo delicado. Manter o diálogo com tal grupo implica em dar-lhe certa credibilidade, certa autenticidade social; ao mesmo tempo, porém, negar-se a todo tipo de encontro implica em falta de fé nas possibilidades que o Espírito Santo abre permanentemente.

Por isso parece que a participação em ações simbólicas como a Marcha para Jesus, o mês da Bíblia, a Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos ou a realização de atividades como o recente Encontro Ecumênico Mesoamericano pela Paz vão superando nossas ignorâncias recíprocas, ajudando-nos a concentrar-nos em nossas tarefas comuns e criando o clima no qual o Espírito Santo de Deus pode operar verdadeiros milagres. Temos que basearmo-nos na comunhão que já alcançamos pela experiência vivida por nossas igrejas no passado, mas também na antecipação de experiências que poderemos vir a ter depois de passar por momentos que podem ser duros, álgidos, de diálogo polêmico, mas que permitirão, no encontro face a face, reconhecermo-nos nessa comunhão em Cristo a partir da qual todos definimos nosso ser cristão, nosso ser eclesial e nossa vocação missionária.

UM DIÁLOGO ENTRE AS AMÉRICAS

Em quarto lugar, a experiência pluralista das igrejas na América do Norte

"BUSCAI A DEUS COM A ALEGRIA DA ESPERANÇA"

8ª ASSEMBLÉIA DO CMI

Cinquenta anos depois da assembléia inaugural realizada em Amsterdã, Holanda, em 1948, o Conselho Mundial de Igrejas está preparando sua oitava assembléia. Esta, que terá como tema "Buscai a Deus com a alegria da esperança", se realizará no continente africano, em Harare (Zimbabwe) de 3 a 14 de dezembro deste ano.

O Conselho Mundial de Igrejas é uma comunidade de igrejas procedentes de mais de cem países de todos os continentes e da maior parte das tradições católicas. A Igreja Católica Romana não é membro mas mantém relações de cooperação com o CMI.

A oitava edição do evento tem um caráter especial por tratar-se do 50º aniversário de existência do CMI. É a Assembléia do Jubileu.

pode ser de muita ajuda para a crescente experiência dentro desse pluralismo da América Latina. Nós, latino-americanos, podemos contribuir para o movimento ecumênico nacional, continental e mundial com nosso sentido de impaciência, de urgência. São de tal monta os problemas que nossas sociedades enfrentam, como narcotráfico, violência, destruição da família, crescimento de um materialismo consumista, que não podemos esperar para somar forças na tarefa comum de proclamar o Evangelho da dignidade humana, de conversão a Jesus Cristo, de reafirmação da solidariedade pessoal, familiar e social. Nossa contribuição também será a de mostrar que mesmo na América Latina, onde tivemos um monopólio religioso representado pela Igreja Católica durante tanto tempo, é possível hoje expressar uma comum pertença ao Corpo de Cristo, apesar de nossas identidades.

É verdade que a intercessão por toda a comunidade, a intercessão pela paz, pela missão cristã em cada uma de nossas igrejas vai-se constituir no poderoso instrumento de trabalho para a unidade. Se em minha pequena Igreja Metodista oramos pelo arcebispo de Montevidéu, estamos dizendo-lhe sobre a nossa comunidade, que somos um em Cristo, um no Senhor, e estamos dizendo a Deus Pai que queremos que Ele nos veja como um só e que nos faça crescer nessa realidade de amor, de comunhão, que é sua presença entre nós.

É verdade também que a experiência intercontinental tem que ajudar-nos a crescer. No Caribe, na América do Norte, um tipo de experiência; na América Latina, tanto portuguesa como hispânica, outro tipo de experiência; mas juntos reconsideraremos a história missionária, relativizaremos nossas pretensões específicas, colocando-as todas a serviço de um futuro comum. Reconsiderar juntos a história missionária nos dará a humildade e a perspectiva necessárias para nos projetarmos para o futuro.

Necessitamos todos de uma conversão ecumênica, isto é, de uma conversão em Jesus Cristo, uma conversão no Espírito, uma conversão ao próximo. As dificuldades estão aí, mas nos desafiam a superá-las; e se Cristo orou pela unidade da Igreja não podemos aceitar, de modo algum, que o Pai não responda positivamente. O trabalho ecumênico, a vocação ecumênica, são cheios de esperança, antecipam a vontade divina e não pode se resignar pensando que só Deus conhece os tempos. Sim, isso é verdade, mas nós conhecemos que nestes tempos Deus nos convoca a buscar nossos irmãos e irmãs em Cristo para celebrar o dom de seu Filho na verdade maravilhosa do Deus Trino.

Emílio Castro é pastor metodista uruguaio, foi secretário-geral do Conselho Mundial de Igrejas. Texto extraído da revista *Signos de Vida*, nº 6, dez/97. Tradução: Zwinglio M. Dias.

SÍNODO: CAMINHOS CONVERGENTES

D. Demétrio Valentini

Chegou ao final o Sínodo da América, que pela primeira vez reuniu bispos de todo o Continente. Ele encerrou-se num clima de esperança, mesmo diante dos desafios da missão da Igreja na América, que apareceram com mais clareza ao longo das quatro semanas de trabalho

Os bispos participantes do Sínodo da América se deram conta de estar num continente que se caracteriza por ser cristão, mas que está ameaçado de perder esta identidade; pluriétnico, por isso o imprescindível respeito e reconhecimento das diferentes etnias; que conta em seus países com os avanços mais significativos do progresso e da modernidade, mas onde ao mesmo tempo se agrava o empobrecimento crescente de grandes massas, por isso um continente onde emerge com evidência o desafio da solidariedade.

O Sínodo da América acontece no contexto da preparação do Jubileu do ano 2.000, que convoca para revisar a história, retificar caminhos e retomar a direção com novas motivações. Para a Igreja, o Jubileu significa, em primeiro lugar, o retorno à fonte de onde ela brotou, o reencontro com Cristo, em quem ela refaz sua identidade e retoma sua missão. O Sínodo percebeu que a renovação da Igreja teve no Concílio um impulso que precisa agora ser retomado e atualizado no momento que vivemos, rico de desafios e de potencialidades.

Ao longo do Sínodo foram crescendo o otimismo dos bispos e a convicção da validade do encontro. Tínhamos começado sem grandes expectativas, dado que a motivação para o Jubileu já tinha sido assumida em nossos países pela pronta adesão à convocação da *Tertio Millennio Adveniente*. Parecia que o Sínodo pouco iria acrescentar. Pesava também a impressão de sua formalidade, pela pouca participação das bases em vista do escasso tempo havido para a sua preparação específica. Superada essa impressão inicial, foram-se desenhando algumas expectativas fortes que o Sínodo foi produzindo à medida que crescia a convivência entre os bispos e eram colocadas em comum suas contribuições, no plenário e nos grupos de trabalho.

CHAMADO ESPECIAL

Essas expectativas se aglutinam em torno de alguns pontos centrais. Em primeiro lugar, a força que brota da experiência religiosa decorrente da vivência de uma fé viva em Cristo, a exemplo dos primeiros apóstolos. Essa vivência é indispensável para se produzir o novo impulso evangelizador que todos percebem ser agora necessário e urgente. A nova evangelização precisa se caracterizar por uma abertura missionária, que é o chamado especial sentido agora pela Igreja da América. Cresce a convicção de que é a missão que renova a Igreja. Urge um novo relacionamento entre o episcopado do Continente, que simbolize e fortaleça a comunhão eclesial como expressão e fonte de solidariedade entre os povos da América.

Nisso toma lugar a intuição do papa de colocar a América no singu-

lar. Pois ficou ressaltado, desde a sua preparação, que o Sínodo era "da América". Estava implícita a proposta, que foi-se clareando: colocar as grandes desigualdades que marcam o continente americano como desafio para a comunhão eclesial e para a solidariedade. E colocar também diante dessa realidade contrastante bispos que a vivenciam de maneiras diferentes.

Em si mesmo, o Sínodo traz embutida a proposta da convergência, até na palavra, pois sínodo significa caminhos que se encontram. Mas também pode sugerir caminhos que se cruzam, deixando em aberto os desdobramentos desse encontro. Por sua tradição, e pela configuração do momento eclesial que vivemos, o Sínodo da América evidenciou a preocupação pelo consenso, que foi cuidadosamente buscado até na formulação das propostas. Ele tem a vantagem de

OS ATORES DO SÍNODO

Cento e trinta e seis membros das conferências episcopais, eleitos pelos seus pares, seis superiores homens, eleitos no seio da União dos Superiores Maiores dos Religiosos, 70 membros *ex-officio*, 21 membros por nomeação pontifícia totalizando 233 padres sinodais. A estes, devem ser acrescentados 59 auditores e peritos e cinco delegados fraternos (na realidade, estiveram presentes apenas quatro). Sendo assim, o total geral de participantes do Sínodo é de 296 delegados.

Fonte: Os atores do Sínodo, Assembléia especial para América do Sínodo dos bispos, 18/12/97. Pe. José Oscar Beozzo.

fortalecer a disposição comum de enfrentar os desafios, e o inconveniente de amenizar a ênfase de alguns problemas e das posições diferenciadas diante deles.

PROBLEMAS URGENTES

Isso não impediu que os problemas fossem apresentados, indicando também a urgência que requerem por parte da Igreja e de todos os que precisam se preocupar com eles. A dívida externa recebeu insistentes questionamentos no contexto do atual processo econômico, com suas potencialidades, mas com a perversidade que o acompanha. Foram também lembrados os índios, que tiveram defensores especiais em alguns bispos e sobretudo estavam presentes por dom Toribio, bispo índio de Corocoro na Bolívia. Por sua vez, os negros quase ficaram esquecidos, e precisaram receber uma menção especial por parte do cardeal Gantin, da Cúria Romana.

Igualmente percebeu-se a pouca presença das mulheres, explicável pela configuração do plenário, mas não pela importância que elas têm nas comunidades eclesiais da América. Mas, de modo geral, os grandes desafios da Igreja acabaram sendo colocados, se-

jam os apresentados pela sociedade marcada pela urbanização e pelas profundas transformações culturais a que está submetida, sejam os vividos internamente pela Igreja que precisa atualizar suas estruturas e sua forma de atuar na sociedade hoje.

Foram também identificados com clareza alguns campos de trabalho conjunto do episcopado em nível de toda a América. Entre eles, destacaram-se a questão das migrações, o

problema do narcotráfico, a resposta pastoral diante das seitas, a cooperação no uso dos meios de comunicação social e a colaboração missionária entre as igrejas do Continente. São esses pontos concretos que solicitam a continuidade do Sínodo, para que não se perca sua intuição original de fortalecer a comunhão entre os bispos de todo o Continente e colocá-la a serviço da missão da Igreja. Isso requer que se encontrem novos meca-



Arquivo do Cesepe

Da esquerda para a direita: Trevor Edwards, da União Batista da Jamaica; Sergio Torres, do Chile; Walter Altmann, presidente do Clai; Pablo Richard, da Costa Rica; e José Oscar Bezzo, do Cesepe

IMPRESSÕES DE UM PROTESTANTE NO SÍNODO DOS BISPOS

Walter Altmann

Em face das dificuldades no caminho do entendimento ecumênico e da tendência atual de muitas igrejas a recolherem-se mais aos próprios assuntos e programas internos, tem-se falado até mesmo de um "inverno ecumênico". Contudo, o projeto de ecumenismo é, em si mesmo, belo e promissor, porque conta com a promessa e o mandato do próprio Deus.

Alegria, gratidão e admiração, ainda que também alguma perplexidade acompanhando os anelos para o futu-

ro, me sobrevieram como delegado fraterno no Sínodo da América. Sem dúvida, uma distinção e privilégio poder participar das plenárias e dos trabalhos de grupo desse conclave de resto fechado para quem não fosse prelado conciliar ou assessor oficial. Uma espécie de "conspiração da confiança mútua" poder acompanhar desde o seu interior o planejamento da Igreja Católica no tocante à evangelização neste continente, em face do novo milênio.

Instrutivos e comovedores os diálogos com cardeais e bispos, inclusive com o próprio papa, quando este convidou os quatro delegados fraternos para um demorado almoço em sua residência. Todos esses sentimentos talvez tenham se magnificado para alguém que é lute-

rano; afinal, em 1521 Lutero foi excomungado pela Igreja Católica.

O mais significativo dessa experiência, porém, é ter estado em representação de um conselho ecumênico regional, a saber, o Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai), que congrega sobretudo igrejas evangélicas, protestantes e pentecostais, também anglicanos e algumas ortodoxas em todos os países da América Latina. O convite estendido pelo Vaticano a que se fizessem representar os conselhos ecumênicos regionais (também do Caribe, dos Estados Unidos e do Canadá, além da comunhão ortodoxa), e não simplesmente integrantes selecionados de diversas famílias confessionais, contém implícito um reconhecimento da representatividade eclesial desses conselhos, o que, ade-

nismos de colaboração entre o episcopado americano.

INTERPELAÇÕES

É essa comunhão episcopal que aponta as novas atitudes que decorrem deste Sínodo. Ele precisa produzir, em primeiro lugar, uma abertura missionária que retome o impulso evangelizador que o mundo espera da Igreja da América. A abertura missionária precisa encontrar ressonâncias no próprio ambiente, assumindo mais claramente sua identidade católica. Faz também com que se superem as fronteiras, não só entre países, mas entre dioceses e paróquias, para abrir caminho à colaboração missionária. Ficou ressaltada a face misericordiosa que a Igreja da América é chamada a assumir, inspirando-se nas atitudes de Jesus Cristo. Isso se traduz em comunidades mais acolhedoras e abertas às situações difíceis que as pessoas vivem hoje.

Essa abertura das comunidades é vivida pela valorização da diversidade de carismas e de ministérios, que permite tanto a revalorização dos ministérios ordenados e o apreço pelo testemunho dos religiosos, como também o reconhecimento da missão pró-

pria dos leigos, seja dentro das comunidades pelo assumir de novos ministérios como em sua ação específica na sociedade. Essa nova postura da Igreja permitirá encontrar adequada resposta pastoral diante das seitas, por um atendimento mais solícito às necessidades religiosas do povo, mantendo a atitude de abertura ecumênica que a consciência cristã vai surgindo sempre mais e que a expectativa do mundo requer com mais rigor.

Para realizar essa exigente dose de interpelações, o Sínodo evidenciou a importância de encontrar energias em Jesus Cristo, na vivência de sua Palavra, na oração, no exemplo dos mártires, na liturgia que une em comunidade e envia em missão, na solidariedade concreta com os pobres onde a presença de Cristo se faz real e histórica. Aos poucos foi calando fundo, no coração dos bispos, o sentido renovado da opção pelos pobres, que leva em primeiro lugar à identificação com Cristo pobre mas cheio de misericórdia pelos pecadores. Identificando-se com esse Cristo, a Igreja da América também poderá se tornar humanamente pobre, mas rica da misericórdia de Deus para oferecê-la a todos.

mais, dá um impulso aos caminhos de cooperação e entendimento no Continente.

Em sua grande maioria, os pontos da agenda do Sínodo estão também na ordem do dia das demais igrejas. Por exemplo, a ênfase da salvação em Cristo acolhendo simultaneamente a diversidade cultural; a fundamentação bíblico-teológica da evangelização; a situação atual do Continente, em seus aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais; as relações Norte-Sul; a necessidade de reexaminar a prática das igrejas. Responder autenticamente à ansia das populações por uma espiritualidade centrada no Evangelho mas encarnada na história e nas experiências das comunidades, levantar corajosamente a voz profética diante da crescente exclusão ocasionada pe-

las políticas neoliberais, ser instrumento de esperança por libertação, solidariedade e comunhão: tudo representa desafios comuns às diferentes igrejas.

Há, naturalmente, também as especificidades: a ênfase nos santos e na espiritualidade mariana, a eclesiologia com um acentuado sentido de disciplina hierárquica, uma ética mais prescritiva em relação a assuntos de conduta pessoal e familiar, a não-ordenação de mulheres... Contudo, por que se haveria de deixar de dar um testemunho comum em tudo quanto nos une, enquanto nos engajamos também na superação dos obstáculos que ainda nos separam?

O papa também nos convidou os delegados fraternos, após o almoço, ao Pai-Nosso e a uma oração silencio-

O documento final do Sínodo, redigido com a colaboração do Conselho escolhido pelos bispos, recolherá as propostas aprovadas. Mas o Sínodo já se constitui num evento que fala por si e que tem a força de mobilizar a Igreja da América. Mesmo aguardando a exortação pós-sinodal, não precisamos esperar para assumir a mensagem que o Sínodo nos deixa; de nova vivência da fé em Cristo e de conversão ao Evangelho, de maior comunhão eclesial, de abertura missionária, de participação responsável na sociedade e de solidariedade efetiva entre as igrejas e os povos da América.

O Sínodo precisa assinalar um momento novo que a celebração do Jubileu quer consolidar e impulsionar. Na encruzilhada do século, ele aponta a seta que indica o caminho da Igreja no novo milênio: que no exemplo de Cristo e na força do seu Espírito reencontre a unidade, reassumindo com novo ardor a missão que o Senhor lhe confiou em favor de toda a humanidade.

Demétrio Valentini é bispo de Jales/SP e responsável pela Pastoral Social da CNBB.

sa na sua capela privada. Sem dúvida, se multiplicaram as preces em favor da unidade e da fidelidade evangélica das igrejas, do serviço comum à humanidade, em particular às pessoas empobrecidas, discriminadas, injustiçadas e excluídas. De minha parte, levei também diante de Deus o sonho de um concílio ecumênico, que reúna as diferentes confissões religiosas (famílias denominacionais), em ampla representatividade do povo de Deus: bispos, clérigos e pastores (e pastoras), leigos, homens e mulheres, idosos e também crianças, num entendimento da fé em Cristo e petição de que o Espírito da concórdia e da verdade suscite a unidade dos filhos e filhas do mesmo Pai.

Walter Altmann é teólogo luterano e presidente do Clai.

A DANÇA DA EDUCAÇÃO: CAMPANHA DA FRATERNIDADE DE UM BRASIL BRASILEIRO

Jorge Atilio Silva Iulianelli

Num país que contabiliza 32 milhões de analfabetos, a Igreja Católica escolhe como tema da Campanha da Fraternidade 1998 a educação. E lança um brado: uma grande campanha de alfabetização, a qual, entre outros objetivos humanize cidadãos e cidadãs brasileiros

Educação é um processo permanente na existência humana. Paulo Freire tem o mérito de ampliar o horizonte da compreensão do ato de educar. A educação, processo sempre dialógico, não se inicia nem se esgota nas salas de aula, faz parte de nossa vida humana, de seres precários, que efêmera e inseguramente caminhamos para a morte. Nesse descobrir o que é a vida nos educamos coexistencialmente. O legado paulo-freireiano deixa-nos entender que educar é amar, educar é se fazer livre, educar é solidariedade. Na relação entre educador e educando há uma gesta amorosa, que gera alegria e liberdade: a qualidade do ensino. Um ensino de qualidade deveria ter um instrumento para mensurar a alegria e a liberdade produzidas.

Todos os momentos da vida são educativos. É essa a experiência de Paulo Freire que persistiu na proposta do método de alfabetização. Partir do universo vocabular do educando, trazendo com ele o modo de ver o

mundo que as palavras revelam. Entender o mundo para entender as palavras, entender as palavras para tematizar o mundo, usar as palavras para conscientizar. Conscientização: dar-se conta de que o mundo em que vivemos possui estruturas nas quais estamos envolvidos e das quais não podemos prescindir, podemos modificar. Nosso mundo: o mundo que participamos como co-criadores. Somos sujeitos das frases que construímos para falar do mundo.

Por isso, o mestre pernambucano, nordestina-gente, leu nas almas brasileiras o dilema da desigualdade, que é o drama da subordinação. Todo oprimido tem introjetado, por meio do processo secular, a lógica da opressão que o faz aceitá-la e reproduzi-la nas relações cotidianas. Daí o desafio de educar como prática da liberdade. O processo educativo pode ser mera reprodução dos mecanismos cotidianos de opressão. O desafio, por isso, consiste em romper com essa lógica, e para tanto é necessário reconhecê-la. O dominador e o dominado, o opressor e o oprimido estão juntos e recriam o circuito da dominação; por isso o dia-a-dia está repleto de atos de subordinação: amansamento e concordância, ideologia e submissão, repressão e apatia. Paulo Freire faz pensar a educação como um gesto maior, como geração de esperança.

EDUCAÇÃO E CAMPANHA DA FRATERNIDADE

A educação está em nossa vida toda. E isso a Campanha da Fraternidade de 1998 (CF-98) tem o mérito de nos

fazer repensar. Não se pode reduzir a discussão sobre o tema ao problema do ensino público como direito do cidadão e da cidadã e dever do Estado. E a CF-98 acontece num momento denso da vida nacional, no qual estaremos vivendo, uma vez mais, a terceira eleição presidencial após o fim da ditadura militar. Trata-se das eleições para os executivos e os legislativos federais e estaduais. Além disso, é ano de Copa do Mundo, e no país do Ronaldinho esse fato mexe com os corações e as bandeiras... Afinal, julho é antes de outubro. E ninguém vai ficar lembrando muito uma certa mão, com alguns cinco dedos, entre os quais um mindinho, o tal da educação...

A CF-98 traz à baila o tema da educação. Ano passado falou dos encarcerados, do sistema penitenciário e da falência do trato que o Estado tem oferecido aos cidadãos que caem nas malhas da lei, e da impunidade que grassa, por outro lado. Num lado os pobres, os negros, os jovens — cabe lembrar que a maioria dos encarcerados são homens, negros e jovens, de baixa escolaridade. Neste ano, ao trazer o tema da educação para que nós cristãos e toda a sociedade brasileira possamos discutir, a Igreja Católica quer dar um passo a mais na direção apresentada pelas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil.

A grande inspiração é possibilitar que toda a sociedade possa se dar conta de si mesma, por um lado, daí a importância de temas como o sistema penitenciário e judiciário, bem como o da educação. Por outro lado,

a CF tem a pretensão de fazer crescer uma espiritualidade aberta à vida, tudo o que é humano interessa aos cristãos, nada do que é humano nos é alheio. As CFs são um dos frutos mais belos gerados pelo Concílio Vaticano na Igreja Católica no Brasil. Nem por isso tem deixado de gerar polêmicas internas. Basta lembrar a CF-89, que teve como tema o racismo contra os negros e que gerou textos-base nacional e de diferentes dioceses.

O texto-base da CF-98 mantém a metodologia dos anteriores: ver-julgar-agir. Não vamos fazer nenhuma análise do texto porque o espaço não permite. Concentraremos alguns comentários sobre a novidade do convite ecumênico, no início do texto, e sobre alguns aspectos do ver. Porém, cabe ressaltar que há uma leitura bíblica extremamente rica, especialmente sobre a pedagogia de Jesus. O modo libertador com que Jesus se relaciona, integrador e não excludente, a partir dos mais simples, construindo um modo de ver o mundo inspirado na justiça e não na desigualdade implacável.

É a primeira CF que faz um convite às irmãs e aos irmãos das outras igrejas cristãs para participarem das reflexões e ações desenvolvidas a partir do tema. Esse convite vem reafirmar uma das ênfases da encíclica *Tertio Millenio Adveniente*, do papa João Paulo II, que indica a **unidade dos cristãos** como exigência para uma nova evangelização. Também isso está de acordo com as propostas veiculadas pela CNBB com vistas a um ecumenismo e um diálogo inter-religioso mais efetivos. Por outro lado, não se trata de uma ênfase muito forte. Vejamos quais serão as respostas das outras igrejas cristãs e como a Igreja Católica se comportará diante delas.

EDUCAR PARA A CIDADANIA

É muito importante que o “ver” tenha optado por uma leitura abrangente da educação. Educação é a vida toda e toda a vida. Então, a CF propõe uma leitura do cotidiano aberto à educação

Escola no interior da Bahia: sinal do muito por fazer para que a educação humanize cidadãos e cidadãs

Nando Neves/ Documenta



a partir das estruturas familiares. A proposta de leitura é de que as estruturas familiares fortalecem a formação das individualidades e das identidades pessoais. Isso é uma verdade inequívoca em sociedades estáticas, como eram as rurais, por exemplo, ou as tradicionais. Porém, em sociedades complexas isso é muito mais intrigante. Além das famílias, existem outras agências de socialização primária, entre as quais devemos incluir os meios de comunicação social, especialmente a televisão. Esse aspecto quase não foi levado em consideração pelo texto.

Entretanto, o texto considerou os processos educativos comunitários e civis, todos eles em vista da formação das identidades pessoais e coletivas de cidadãs e cidadãos. E nisto consiste uma visão bastante dialética da educação: toda educação é política e politizante — é verdade que há um acordo com a reflexão aristotélico-tomista no caso, todo ser humano é um animal político. O texto considera como uma grande tarefa educativa a formação de cidadãos e cidadãs empenhados na construção de um país justo e democrático. Não é possível pensar em educação que não contemple a justiça como caminho para a democracia.

Também foi muito pertinente indicar a grande tarefa educacional das comunidades eclesiais e das instituições eclesásticas: a formação política e civil das pessoas para uma participação cada vez mais plena na vida pública e na administração do bem comum. Faltou um *mea culpa* sobre os anos de formação dedicados à eli-

te do País. Os grandes mentores dos projetos que vilipendiaram e vilipendiam o patrimônio nacional saíram, na sua maioria, de colégios e faculdades católicas. Neste sentido, faltou uma avaliação do papel das instituições católicas de ensino na vida nacional: que efeitos a presença dessas instituições teve? É verdade, uma reflexão desse tipo não cabe apenas à Igreja Católica, mas também às outras igrejas cristãs que têm-se dedicado à tarefa do ensino público.

Por fim, e muito importante, a CF-98 conclama para uma Campanha Nacional de Alfabetização. No Brasil, terra das desigualdades, persiste um elevado índice de analfabetismo, fruto de anos de descaso com o ensino básico e fundamental. Infelizmente esse quadro ainda não mudou, apesar das propagandas de vídeo-escola e de subsídios à educação de nível básico. A Fundação Getúlio Vargas divulga o dado aterrador de termos no Brasil 32 milhões de analfabetos.

A CF-98 lança o brado por uma grande campanha de alfabetização no Brasil. Uma alfabetização que humanize os cidadãos e cidadãs. Que todos possam ler, sobretudo ler a vida. Uma alfabetização que potencialize a vitória sobre o Império excludente neoliberal. Ensino público e gratuito, escola democratizante, fim do analfabetismo crônico, por um Brasil brasileiro: “a serviço da vida e da esperança”.

Jorge Atilio Silva Iulianelli é filósofo e integra a equipe de KOINONIA.

O FIM DO MUNDO ESTÁ PRÓXIMO!

Liguei a televisão no quarto de hotel em Nova York. Era um programa sobre o “El Niño”. Prestei atenção. Enchente de um lado, seca de outro, gente morrendo afogada, gente morrendo de calor, dilúvios e holocaustos. Tudo desregulado. Aí, de repente, o documentário foi cortado e apareceu na tela um daqueles evangelistas de televisão, com Bíblia na mão (Bíblia nunca foi garantia de inteligência), anunciando o fim do mundo. “Cristo voltará em breve”, ele dizia com a certeza de um psicopata. (Os psicopatas sempre têm certezas. Quando alguém disser “Estou certo de que...” ponha logo as barbas de molho.) Continuou: “Como eu sei? É simples. ‘El Niño’ me contou. Porque ‘El Niño’ significa ‘o menino’. E ‘o menino’ é Jesus Cristo. ‘El Niño’ anuncia a breve vinda de Cristo. Chegou o fim do mundo!”

Era assim em tempos antigos. Os homens, sempre que viam alguma catástrofe na natureza, vulcão em erupção, terremoto, furacão ou enchente, pensavam que o fim do mundo estava próximo. Bons tempos aqueles. Hoje, não preciso de nada disso para ver o fim do mundo. Basta olhar para minha cesta de lixo. É ela que anuncia: “O fim do mundo está próximo.”

Pego um saco de papel. Não sei o que fazer com ele. Tivesse um fogão de lenha, e eu o guardaria para acender fogo. Mas o meu fogão é a gás. Depois de alguns segundos de hesitação jogo o saco de papel na cesta de lixo. Faço isso com um pedido de perdão à árvore que foi inutilmente cortada para que aquele saco de papel existisse. Vou para o escritório. Abro a caixa do correio e sou logo inundado por um dilúvio de envelopes: malas diretas, impressos, propagandas, todos eles tentando me convencer a comprar algo. Como não quero comprar nada, nem mesmo abro os envelopes. Eles vão diretamente para o lixo, sem serem abertos e lidos. Minha consciência dói de novo. Penso nas árvores que foram cortadas para que aqueles papéis existissem. O Natal é tempo de presentes. Os presentes vêm em caixas. As caixas não bastam.

Pedimos que sejam embrulhados para presente. Lindas folhas de papel coloridas. Beleza efêmera. Eles serão rasgados impietosamente e embolados num canto da sala. A seguir irão para o lixo. Depois do Natal, uma montanha de lixo de papel. E os jornais, no mundo inteiro, diariamente? É horrendo o espetáculo das gigantescas bobinas de papel que, nas gráficas, serão transformadas em jornais. Imagino os desertos de árvores cortadas para que as notícias fossem impressas. Pergunto-me: “Valeu a pena? As notícias valem mais que as florestas?”

Lembro-me de uma música de carnaval que dizia assim: “Todo mundo diz que sofre / sofre, sofre neste mundo, / mas a mulher do leiteiro sofre mais: / ela lava, passa, coze / e controla a freguesia / e ainda lava garrafa vazia.” Era assim mesmo. O leiteiro deixava o litro de leite cheio e pegava o litro de leite vazio. Lembro-me muito bem que eu juntava os frascos vazios de vidro onde vinham os remédios, colocava-os dentro de uma bacia cheia de água, tirava os rótulos, lavava-os cuidadosamente e ia vendê-los nas farmácias. Um amigo me contou que, na Inglaterra, ao receber os medicamentos de uma receita que deixara numa farmácia, o farmacêutico, percebendo que ele era estrangeiro, disse-lhe: “Por favor, traga os vidros vazios após usar.”

Que fazemos com os vidros? Para onde vão os milhões de frascos e garrafas que usamos?

Dirão: hoje não mais se usa vidro. Usa-se plástico. Pergunto: para onde vão os milhões de sacos, embalagens, garrafas, copos de plástico que diariamente usamos? Algumas fábricas de refrigerante anunciam como se fosse vantagem que a garrafa de plástico é “não retornável”. Como se dissesse: “Não é preciso que você tenha o trabalho de devolver! Pode jogar no lixo!”

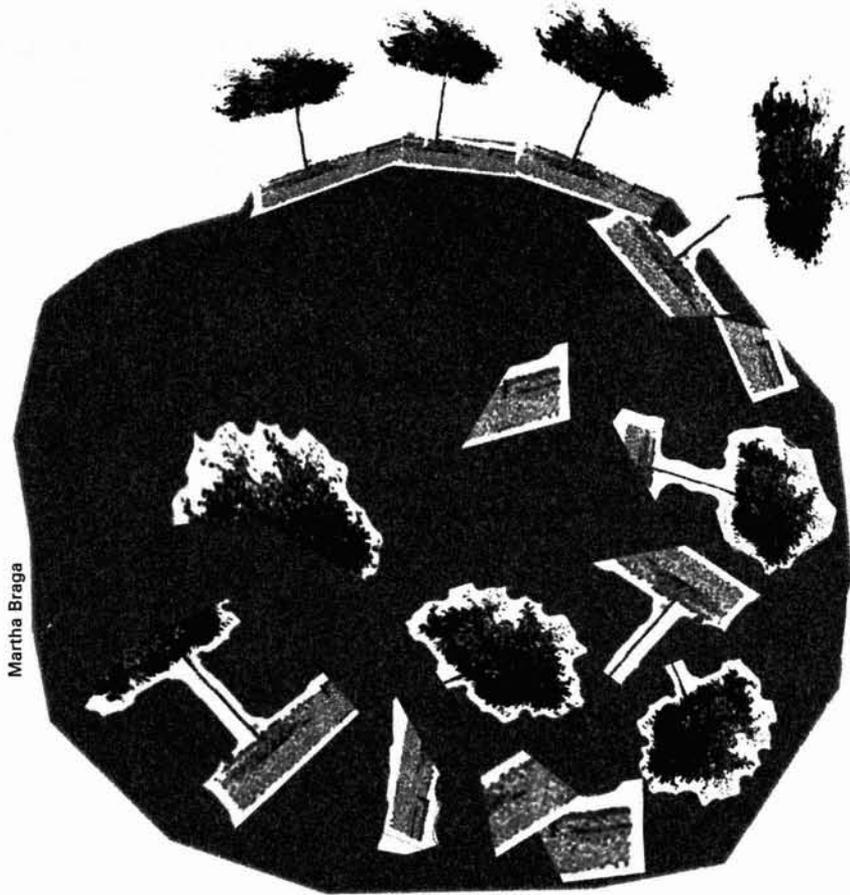
O papel é biodegradável. Logo apodrece e é reincorporado à natureza. Mas o plástico não é biodegradável. Dizem os entendidos que leva milhares

de anos para desaparecer. Ele permanece. Onde? Nas matas, no fundo dos rios, no fundo dos mares. Os plásticos têm atributos divinos. São eternos e são onipresentes. Nos lugares mais distantes. Lá estão as garrafas de plástico que os homens deixaram.

E que dizer das milhões de latas de alumínio vazias? Seria tão bom se a Coca-Cola, a Skol, a Kaiser, a Antarctica, a Brahma liderassem uma campanha de devolução das latas vazias. É coisa simples: bastaria que dessem um desconto de 20 centavos para quem, ao comprar uma lata cheia, devolvesse uma lata vazia. O comportamento humano, desgraçadamente, não é movido pelo amor à natureza. É movido pelo amor ao dinheiro. Mas elas nada fazem. Não é falta de idéia. Acontece que latas devolvidas fazem mal à economia. É mais lucrativo que elas não sejam devolvidas. No mundo capitalista, onde só importa o lucro e não a preservação da natureza — a preservação da natureza é antieconômica — vale a lei do Admirável Mundo Novo, de Huxley: “Jogar fora é melhor que consertar”.

Se uma pessoa soltasse uma sonora ventilação escatológica mal-cheirosa num jantar, seria um escândalo que poderia, até, provocar reações violentas por parte dos outros convivas. No entanto esse é um ato natural, biodegradável, que nenhum mal faz, além do incômodo do fedor. Mas a gente não se horroriza quando alguém joga tocos e maços de cigarro no chão. Isso é considerado natural. Meu amigo Jether foi visitar as serras gaúchas — lindas. Andando em meio ao Parque Knorr, absolutamente misterioso e lindo, uma dama elegante tranqüilamente jogou nas plantas um copo de plástico. O horrível não foi o que ela fez. O horrível foi que ela achava que aquilo era normal, natural. É normal e natural emporcalhar a natureza. E assim vamos jogando plásticos, garrafas, maços e tocos de cigarro, latas de refrigerante e cerveja pelos lugares onde passamos com a maior naturalidade.

De todos os perigos, parece que o maior são os automóveis, que estão transformando as cidades em câmaras de gás. A rodoviária de Campinas é o pior caso. Os norte-americanos, povo que precisa estar envolvido em cruzadas para salvar o mundo para ter identidade, lançaram uma campanha contra os fumantes. É preciso confessar que eles têm um bocado



Martha Braga

de razão. Quem quer fumar deve ter o direito de fumar. Mas os que não querem fumar têm o direito de não fumar contra a vontade. Em tudo eles são exagerados, é bem verdade. Encontrei, na porta de um apartamento, a seguinte advertência aos visitantes: “If you don’t smoke, I will not fart” (se você não fumar eu não enfartarei). Mas eles ainda não tiveram coragem para lançar uma campanha semelhante contra os automóveis. O lógico seria que começassem a tratar os motoristas da mesma forma como tratam os fumantes. Afinal de contas, todos eles estão enchendo o ar com gases tóxicos.

As pessoas religiosas têm medo de que Deus venha a destruir o mundo. Podem ficar descansadas. O arco-íris, no céu, é prova de que ele jamais fará isso. Medo eu tenho é de que nós, com nossa estupidez, venhamos a destruir esse mundo, para ficar mais ricos. Pois, queiramos ou não, a degradação ecológica é o avesso do progresso econômico. Não preciso ler as profecias de Nostradamus. O fim do mundo, é a minha cesta de lixo que anuncia.

CESE, 25 ANOS A SERVIÇO DA JUSTIÇA E DA UNIDADE

Enilson R. Souza e José C. Zanetti

Nascida sob a repressão da ditadura militar, a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese) tem procurado, desde suas origens, conjugar o compromisso com as lutas do povo brasileiro com o sonho de construir um espaço de união e serviço das igrejas cristãs no País. Nestes 25 anos, a Cese partilha histórias de sua prática e as perspectivas futuras recheadas por inquietações e esperanças

E TUDO COMEÇOU...

Há mais de duas décadas. Tempos difíceis, obscuros de um país sob tirania militar. Cidadãos ameaçados, presos, torturados, às vezes até à morte. Tudo parece tão distante, ao mesmo tempo tão próximo, quando lêem-se as páginas policiais... Naquele 13 de junho de 1973, quando nascia a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese), conjugavam-se duas forças, dois sentimentos que até hoje permanecem: o compromisso com as lutas do povo brasileiro pela cidadania; e o desejo, sob a inspiração do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), de construir uma diaconia (palavra grega traduzida por serviço ou ministério; teologicamente é o serviço que a Igreja presta ao mundo em sentido geral; em sentido particular, engloba a ação e

assistência social que ela realiza) ecumênica entre as igrejas cristãs. De sua criação participaram representantes das igrejas Luterana, Episcopal, Metodista, Presbiterianas, Pentecostal "O Brasil para Cristo" e Católica.

Num país submetido à ditadura, a Cese, conscientemente, marcou seu surgimento com a edição e distribuição de milhares de exemplares da Declaração Universal dos Direitos Humanos, entremeadada por textos bíblicos, declarações oficiais de igrejas nacionais e internacionais, numa ousada ação naquele momento de terror de Estado. Com edições seguidas — um livretinho azul em papel ordinário —, somaram-se quase dois milhões de exemplares, significando, então, a mais contundente exposição política do material.

...NO NORDESTE

Nos 25 anos de existência, a Cese pode agora constatar a importância de seu gesto, ao ingressar no cenário nacional em pleno regime militar, superando três grandes preconceitos: o de ter desafiado as igrejas evangélicas históricas de voltar sua atenção e prioridade para a região mais pobre do país — o Nordeste — embora distante de suas sedes institucionais, concentradas no Sul; o de definir-se pelos pequenos projetos voltados para o desenvolvimento comunitário autônomo como mola mestra de sua política de apoio; e o de estreitar o diálogo com a Igreja Católica para uma experiência em comum.

Estava então em curso uma luta intestina no âmbito da cooperação



ecumênica internacional quanto à melhor forma de promover a justiça e a solidariedade com países em desenvolvimento, como o Brasil. A Cese foi criada justamente para se contrapor a mecanismos superados e não transformadores do *status quo* com que se ocupava a cooperação internacional, até então concentrados em grandes projetos institucionais.

Sua criação, contudo, só foi possível graças ao espírito ecumênico e progressista dos líderes de cada igreja que já vinham construindo uma plataforma comum, especialmente pós-golpe de 64, e que acabaram por dar o "tom" na sua linha de trabalho. Também como manifestação inequívoca deste ecumenismo de base está a transversalidade entre os doadores e os beneficiários dos recursos: fundos evangélicos da cooperação ecumênica internacional direcionados fundamentalmente para as comunidades pobres, formadas por uma população predominantemente não-evangélica.

As bases filosóficas e os critérios de atuação da Cese foram definidos em documento-base elaborado durante uma consulta realizada em Salvador (Bahia), em agosto de 1972: "Ajuda Inter-eclesiástica para o Norte-Nordeste do Brasil". Além das igrejas mencionadas, seu processo de criação contou ainda com representantes do CMI, de agências de cooperação nacionais e estrangeiras, técnicos da Sudene e Suvale e da Universidade Federal da Bahia. Em Salvador, porta de entrada do Nordeste, a Cese instala seu escritório nacional.

UMA NOTÍCIA SOBRE SUAS DIRETRIZES E FORMATO INSTITUCIONAL

O projeto institucional, ancorado nos marcos de sua missão, foi amadurecendo pacientemente, o que lhe possibilitou longevidade. O artigo 4º de seus estatutos afirma que a Cese "dá prioridade aos projetos sociais que assegurem efetiva participação da comunidade beneficiária na concepção, planejamento, implementação, acompanhamento e auto-avaliação dos mesmos", entendendo por projeto social "aquele que, nos moldes da fé cristã, destina-se a promover o ser humano, em todas as suas dimensões, sem discriminação social, econômica, religiosa e racial".

Suas instâncias de decisão não diferem muito das demais entidades filantrópicas, formada por assembléia geral, diretoria e uma secretaria executiva. Seu plano de ação obedece a critérios previamente definidos e a prioridades ditadas pelos desafios conjunturais. Representantes de projetos rotativamente participam desses fóruns formais. A Cese desenvolve suas atividades com recursos das igrejas, de agências internacionais de cooperação e do Conselho Mundial de Igrejas, em privilegiada relação de parceria nos diversos campos da atividade ecumênica.

Dessa forma foi construindo relações e visibilidade, credenciando-se perante os movimentos, grupos populares e ONGs de distintas comunida-

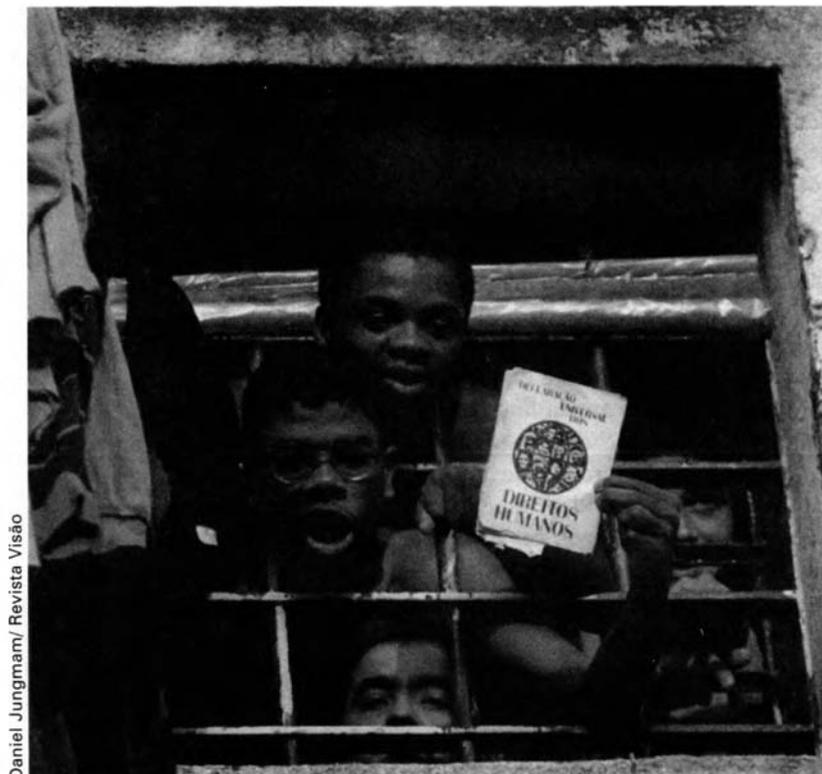
des e regiões do País. Atualmente, chega ao escritório uma média de treze projetos por semana, totalizando mais de seiscentos por ano. Para processá-los conta com uma equipe de sete assessores, consultor interno, secretarias de apoio, colaboradores eventuais e um sistema informatizado.

VOCAÇÃO E COMPROMISSO DIACONAL ECUMÊNICO

A Cese tem uma identidade que a diferencia de outras organizações no Brasil. Ela é organismo ecumênico, pela própria constituição institucional, e não deixa de ter elementos que a caracterizam como ONG (organização não-governamental). Seu papel central é o serviço — das igrejas que a compõem, para os movimentos populares. Para que realize essa tarefa com competência, necessita de assessoramento, estímulo, espaços de aprofundamento.

Neste momento conjuntural, em que se verifica uma tendência de setores das igrejas a uma análise e propostas mais conservadoras, é fundamental zelar pela manutenção do vínculo orgânico com as igrejas e apoiá-las em sua renovação. Isso não quer dizer, forçosamente, assessoria ou serviço direto, pois a Cese pode desempenhar um papel facilitador de contatos, de oferecimento de espaços e subsídios para reflexão, de atualização quanto à diaconia.

A diaconia das igrejas nutre a diaconia da Cese, que está submetida a vários olhares, incluindo os não-cristãos. Ao mesmo tempo que o empenho da entidade, no trabalho concreto, é prioritariamente dedicado aos movimentos sociais, ela não pode se distanciar da visão das igrejas, que garantem-lhe a própria existência. Assim, a Cese surgiu, e se mantém, como sinal visível do esforço das igrejas em



Daniel Jungmann/Revista Visão

Casa de Detenção de Carandiru/SP: após a morte de 111 detentos em 1992, pela ação da Polícia Militar, jovens internos empunham exemplar da Declaração Universal dos Direitos do Humanos, editado pela Cese

promover a cooperação diaconal ecumênica. Diante das profundas divisões e desigualdades encontradas na sociedade, as igrejas estão sendo desafiadas a oferecer um testemunho comum da fé que professam, sendo esta uma pré-condição para que o mundo creia (cf. Jo 17.21). Não é possível realizar autêntica diaconia sem um real compromisso ecumênico (*koinonia*).

A Cese ocupa um lugar de convergência entre igrejas, agências de cooperação e movimentos populares. Por isso se afirma que está no vértice das relações, o que significa estar num ponto privilegiado e simboliza um permanente tensionamento que, no caso, é criativo e impulsionador.

A CESE E SUA ATITUDE DE TRABALHO

A principal razão de ser da Cese é o *Serviço de Projetos*. Por meio dele, procura contribuir para o desenvolvimento social e econômico entre os chamados “excluídos” e outros setores populacionais identificados como prioritários. O propósito é fortalecer a sociedade civil como fator fundamental na transformação do País, mediante apoio a projetos de grupos e organizações populares — associações comunitárias, movimentos, sindicatos e também ONGs e entidades eclesiais — numa dimensão ecumênica. Esse apoio estende-se a todo o território nacional, mas especialmente às regiões Nordeste e Norte.

Dentro de uma segunda linha denominada de *Parceria e Diálogo*, foi destacada a incorporação de uma “cultura de PMA” — Planejamento, Monitoramento (ou Acompanhamento) e Avaliação — como uma proposição contemporânea discutida em comum com os cooperantes. Na relação privilegiada com as agências ecumênicas, a Cese participou da formação do PAD (Processo de Diálogo das Agências Ecumênicas e as Entidades Parceiras no Brasil). A constituição desse espaço de articulação representa um ganho efetivo para a consolida-

ção das relações de parceria, não apenas da Cese, mas das demais ONGs com as agências.

No relacionamento com as igrejas, o momento marcante foi a realização da Consulta “Diaconia e Cidadania”, em 1996, visando “fomentar e favorecer a criação de mecanismos de diálogo mais formais entre as igrejas e uma cooperação ecumênica mais efetiva no campo da diaconia”. Ainda a destacar, a articulação permanente com o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), por meio de publicações e manifestações conjuntas. Merecem menção o livreto *Os pequenos possuirão a terra* e a mobilização de uma delegação internacional composta por representantes do CMI e de agências ecumênicas para visita *in loco* às vítimas do massacre de Eldorado de Carajás, onde 19 trabalhadores sem-terra foram assassinados pela Polícia Militar do Pará, em abril de 1996.

A Cese desenvolve ainda uma terceira linha de trabalho — *Articulação, Formação e Divulgação* — cujos eixos norteadores são a busca da democratização dos espaços e das relações

sociais e melhoria da qualidade das intervenções. Basicamente são encontros, seminários, consultas e publicações. Por fim, como fruto do planejamento plurianual, foi criada a quarta linha — de *Capacitação e Avaliação* —, que se ocupará de dotar a Cese de meios que contribuam para o seu auto-sustento.

A PRIORIDADE PARA OS PEQUENOS PROJETOS

Uma retrospectiva sobre a trajetória da Cese confirma que ela tem conseguido garantir aquele desafio de priorizar os pequenos projetos assumidos com autonomia pelas comunidades de origem. Vários motivos fundamentam e justificam essa opção, entre os quais podem-se destacar:

- Os pequenos projetos demonstram considerável poder multiplicador, chamado *efeito-semente*, capaz de ampliar os resultados para além da população imediatamente atendida. Essa dimensão educativa, ademais, reforça nos grupos condição de sujeito nos processos de mudança;
- Os pequenos projetos representam microiniciativas locais que têm impe-



Adenor Gondim

Ato de lançamento do livreto *Os pequenos possuirão a terra*, realizado na Reitoria da Universidade Federal da Bahia, em outubro de 1996, numa promoção conjunta Cese/Conic

PROJETOS APROVADOS PELA CESE EM 1996

DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO A NATUREZA
DO PROJETO

Natureza	Quantidade
Organização popular/sindical	196
Direitos humanos	59
Desenvolvimento econômico	50
Educação	39
Saúde popular	26
Cultura	22
Renovação eclesial	19
Meio ambiente	9
Emergências	5
Total	425

Fonte: Cese.

didado, concretamente, que o processo de exclusão social tenha um efeito mais devastador, pois integram gêneros, etnias, segmentos diversos do campo e da cidade, em função da satisfação das necessidades coletivas.

ÊNFASE NO ACOMPANHAMENTO

A experiência de Acompanhamento a Projetos que a Cese vem acumulando ao longo de sua trajetória situa-se dentro da dinâmica do sistema de PAA (Planejamento, Acompanhamento, Avaliação) que a própria entidade criou e aperfeiçoou nestes anos. Essa experiência pode ser melhor compreendida no contexto do seu desenvolvimento institucional, sobretudo nos processos de planejamento e avaliação internos.

Para assegurar maior presença nas diversas regiões do País e atender a solicitações de grupos, igrejas e agências para participação em processos avaliativos e trabalhos que exigem especializações diversas, a Cese recorre a uma rede de colaboradores e consultores que, por sua vez, participam de planejamento e seminários internos com a equipe de assessoria. Ademais, a entidade consegue manter a sintonia com os grupos por meio

das visitas locais, das propostas de intercâmbios, das assessorias, auditorias e dos eventos que promove.

A CESE EM PERSPECTIVA

Tradicionalmente, a cada fim de ano tem-se reservado um momento de balanço e definição de prioridades para um plano de trabalho do exercício seguinte. Em 1996 e 97 foi diferente. Foi marcado pelo início do processo de planejamento plurianual Cese 2000. Essa iniciativa mobilizou toda a equipe de assessoria, os funcionários, a diretoria e a assembléia. Também procuramos sentir o “olhar externo” de nossos diferentes parceiros — igrejas, agências, colaboradores, grupos beneficiários e personalidades.

De imediato destacamos três características distintivas da experiência: um período mais longo, possibilitando uma visão mais abrangente; o planejamento visto como construção coletiva; e, por fim, compreendido como um processo, como algo por concluir.

TENDÊNCIAS EM RELAÇÃO À COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Interagindo com uma diversidade de organizações, programas e projetos

vinculados aos setores populares da sociedade brasileira, a cooperação internacional não-governamental tem uma responsabilidade no processo de democratização em nosso país. Juntando-se ao empenho de seus parceiros locais, estimulou a emergência de novos sujeitos sociais e de questões antes escondidas por séculos de preconceitos, contribuindo para maior visibilidade das organizações. Nos últimos anos, as agências vêm vivenciando importantes mudanças, tanto pela revisão dos termos em que se dá a cooperação face às transformações econômicas, políticas e socioculturais internas, como pelas profundas alterações ditadas pela globalização da economia e pelo fim da Guerra Fria.

Três grandes temas perpassam todas as análises a respeito, revelando o rumo das preocupações e os seus possíveis desdobramentos práticos: desenvolvimento e superação da pobreza; maior preocupação com o impacto dos projetos; e redução relativa de recursos e concentração geográfica.

Aí está, em resumo, um pouco do que Cese é e faz. Tantas inquietações e dificuldades, deixam, às vezes, aquele sabor travado de que as causas da injustiça, anátemas e diásporas se retroalimentam indefinidamente. Mas, eis que, no imenso horizonte, sinais, vontades e testemunhos desmentem o escuro, desnudando paisagens de paz e reconciliação entre as pessoas de boa vontade. Encarnadas de vida e de história. Em seus 25 anos de existência, a Cese vive esse tensionamento entre denúncias e esperanças, essa fé teimosa aprendida das almas esturricadas pela seca nordestina, das almas solitárias na voragem urbana ou afogadas pela enchente amazônica. A crença no crente.

Enilson R. Souza é secretário-executivo e cofundador da Cese. **José C. Zanetti** é assessor da Cese.

UM SONHO LATINO-AMERICANO E ECUMÊNICO EM TERRAS BRASILEIRAS

José Oscar Beozzo

Com ênfase em cursos de formação e qualificação de líderes e agentes pastorais de diversas igrejas — católicos e evangélicos —, o Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (Cesep) busca contribuir para que cristãos se envolvam nas tarefas que o Evangelho estabelece à luz dos novos desafios que a conjuntura política, econômica e sociocultural impõe

O Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (Cesep) nasceu em 1983, em São Paulo (SP), de uma necessidade e de um sonho. A necessidade foi a crescente demanda dos setores populares, nas igrejas e nos movimentos sociais, por uma formação mais longa e sistemática que complementasse e aprofundasse a explosão de cursos rápidos de fim de semana, qualificando melhor lideranças, educadores populares e assessores de comunidades e movimentos.

O sonho era de que essa formação, além de prosseguir no sulco metodológico da educação popular de Paulo Freire, fosse ecumênica e latino-americana, superando as fronteiras entre igrejas e países, enriquecendo-se com a diversidade de experiências, línguas e culturas do nosso continente.

A iniciativa foi respaldada por um

amplo grupo de sócios-fundadores integrado por bispos, pastores, cientistas sociais, biblistas e teólogos, contando com o incentivo e o firme apoio do cardeal arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns.

REDE DE INTERCÂMBIO

O Cesep buscou articular-se com outros centros similares no Brasil, América Latina e Caribe, entrando numa rede de intercâmbio, apoios mútuos e solidariedade. Abriga também, em seus espaços, a Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina (Cehila), e nos anos mais difíceis dos conflitos centro-americanos respaldou o esforço de informação alternativa e de análise independente, por meio do Boletim Sisac (Serviço Informativo sobre a América Central).

A primeira equipe do Cesep juntou católicos e evangélicos, com experiência nos setores populares urbanos e rurais; em centros de formação para pessoas leigas e missionárias, o Centro de Orientação Missionária (COM), de Caxias do Sul (RS), e o Instituto Teológico de Lins (Itel); em equipes de investigação latino-americana no âmbito histórico e socioeconômico e Júlio de Santa Ana, teólogo metodista uruguaio, com grande experiência ecumênica, latino-americana e internacional, vindo diretamente do Conselho Mundial de Igrejas para o Cesep.

PRESEÇA LATINO-AMERICANA

Até hoje, um referencial importante continua sendo o primeiro curso desenhado em 1983 e continuamente revisto e aperfeiçoado, o Curso Lati-



Xavier Cutajar

D. Paulo Evaristo Arns (à direita), que sempre apoiou com entusiasmo o Curso de Verão, ao lado do padre José Oscar Beozzo, coordenador do Cesep. Ao fundo, o painel-símbolo do curso, criação de artistas populares



Xavier Cutajar

As pessoas portadoras de deficiência física têm participação nos cursos do Cesep

blico massivo e ecumênico que acolhe durante um fim de semana de 400 a 600 participantes, que são hospedados em casas de família e acompanhados por monitores previamente treinados. Sua alimentação é assegurada por doações e preparada, em regime de mutirão, por uma equipe de voluntários. O curso estendeu-se, ultimamente, também para a diocese de Araçatuba (SP).

Esses cursos bíblicos foram, de certo modo, o embrião do Curso de Verão, iniciado em 1988, realizado igualmente em mutirão, com duração de duas semanas e que oferece vagas para cerca de mil participantes. Experiência bíblica no mesmo espírito, vem acontecendo, há seis anos, com o "Flor e Canto" — Encontro Ecumênico de Formação —, em Petrópolis (RJ), promovido pelo Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade. O Curso de Verão andou suscitando iniciativas semelhantes em Goiânia (GO), onde caminha para o seu décimo ano, em João Pessoa (PB), onde aconteceu durante o inverno, por quatro anos, Porto Alegre (RS) e Rio de Janeiro (RJ). O Seminário dos Cursos de Verão e Bíblia reúne, todos os anos, para intercâmbio e reflexão, os responsáveis desses diferentes cursos. Junte-se a isto o esforço dos próprios participantes para repassarem, em suas comunidades e regiões, a experiência e os conteúdos do curso,

CURSOS DO CESEP	
	Total de participantes
Curso Latino-Americano de Formação Pastoral 83-97	613
Curso Latino-Americano para Militantes Cristãos 88-96	319
Curso de Verão 88-98	6.480
Curso de Ecumenismo 89, 90, 93 e 95-97	175
Curso Pastoral e Relações de Gênero 95-97	117
Total	7.704

no-Americano de Formação Pastoral, também chamado de "curso longo", pois dura de agosto a novembro. Recebe participantes de doze a dezoito países, propiciando espaços de intercâmbio profissional e cultural, humano e espiritual, tempos de estudo, reflexão e celebração, além de estágios para conhecimento de novos trabalhos e experiências pastorais. O esforço de articulação entre os ex-alunos do curso provocou o nascimento do "Boletim do Cesep".

No espaço da gratuidade, o Cesep assumiu, desde 1983, em parceria com a diocese de Lins (SP), um curso bí-

com o auxílio de apostilas, do livro e do vídeo, preparados a cada ano.

Ainda em 1988 surgiu o Curso Latino-Americano de Militantes, dirigido a cristãos comprometidos nos movimentos populares, sindicatos e partidos políticos e desejosos de aprofundarem sua militância à luz de sua fé, de práticas semelhantes em diferentes países e de um esforço de análise teórica.

RELAÇÃO DE GÊNERO

A mais recente iniciativa foi a de acrescentar aos seminários e à perspectiva de gênero já presentes nos di-

FORMAÇÃO ECUMÊNICA E POPULAR EM MUTIRÃO

Lourdes de Fátima P. Possani

Além dos cursos oferecidos pelo Cesepe às pessoas da América Latina e do Caribe, há um trabalho que merece destaque: a formação, em mutirão, das equipes de serviços que trabalham no Curso de Verão. Essa formação constitui-se como um curso à parte na programação da entidade, e tem mão dupla, pois o trabalho é feito em conjunto, para e a partir das equipes de serviços. Encontra-se aí o maior desafio do Curso de Verão.

Além do caráter ecumênico e popular do curso, o mutirão é a sua marca principal e envolve um grande número de pessoas, que se colocam, generosamente, a serviço da formação. Participam dele, em média, 130 pessoas em cada ano: 90 na monitoria e 40 nas equipes serviços – animação, liturgia, gravação do vídeo, fotografia, artistas que pintam o painel com o tema do curso e infra-estrutura (secretaria, saúde, alimentação, hospedagem). A cada ano, há uma renovação, em torno de 10%, nas equipes. Também é formada por voluntários/as a equipe de metodologia que faz o trabalho de formação e preparação das demais equipes.

Essas pessoas dedicam, gratuitamente, 19 dias no ano ao Curso de Verão (7 na preparação e 12 no curso). Certamente o curso não seria o mesmo sem esse trabalho voluntá-

rio. Organizado em blocos de quarenta participantes, há também uma equipe de cinco monitores/as para coordenar cada um dos blocos. Essa coordenação é chamada, desde 1994, de *flor* – onde cada *pétala* responde, prioritariamente, por uma das dimensões vividas no bloco: espiritualidade, animação, metodologia, sistematização e oficina – e, conjuntamente, por toda a vida do bloco.

São três encontros ao longo do ano (o primeiro com mais ênfase na avaliação do curso anterior, e os outros dois na preparação do curso seguinte) e um outro para os acertos finais, às vésperas do curso. Nos encontros de preparação ao curso seguinte, há um tempo dedicado ao estudo do tema daquele ano, com a presença de assessor(a)s do curso, à definição das equipes e organização do curso.

A equipe de liturgia é responsável pela preparação da celebração de acolhida do primeiro dia do curso, da oração de cada manhã e das celebrações do final de cada semana. A equipe de hospedagem é responsável por alojar as pessoas que vêm de outros estados ou outras cidades do interior de São Paulo. As hospedagens são oferecidas por famílias e/ou comunidades e por cursistas que moram em São Paulo. A equipe de animação cuida, especialmente, da animação de palco, no TUCA (teatro da universidade), onde acontecem os encontros diários com



todo(a)s o(a)s participantes. A equipe de alimentação cuida da preparação do lanche de cada dia, bem como da organização do almoço. A equipe de saúde cuida de cada um(a) que a procura, oferecendo chás e remédios naturais e, principalmente, o sorriso da acolhida. O(a)s artistas pintam o painel com o tema do curso e a partir dele é feito também um cartão postal. A equipe de vídeo prepara um vídeo a partir do conteúdo do curso e esse material é usado por muitas comunidades para estudo e reflexão sobre o tema. A equipe de secretaria divide-se nos vários serviços (informações, almoxarifado, correio etc.), imprescindíveis para a organização de um evento deste porte.

A assessoria do curso é, generosamente, oferecida pelo(a)s assessor(a)s, bem como o texto, que faz parte do livro editado a cada ano.

Lourdes de Fátima P. Possani é assistente de programas do Cesepe.

versos cursos, um novo projeto, o de Pastoral e Relações de Gênero, que desse conta da revolução feminista, dos novos horizontes hermenêuticos abertos pela perspectiva de gênero e da necessidade de estabelecer, entre mulheres e homens, relações menos assimétricas, mais igualitárias e mutuamente enriquecedoras.

Uma das marcas do Cesepe é o seu carisma ecumênico. Desde a sua fundação, em todas as suas atividades está presente o compromisso com o ecumenismo. Em parceria com outras

organizações congêneres oferece um curso de ecumenismo para participantes do Brasil, em duas etapas de quinze dias, para participantes da América Latina e do Caribe, durante um mês. A temática proposta é “Ecumenismo: História e Desafios Atuais”.

O Cesepe assegura ainda a infra-estrutura para a realização de um tradicional encontro de formação de bispos e pastores responsáveis por igrejas evangélicas, vindos da América Latina, Caribe e, por vezes, África e Filipinas. Presta assessoria a comuni-

dades de base, movimentos populares e pastorais, mantendo intercâmbio e parceria com as agências de cooperação da Europa, Canadá e Estados Unidos. É responsável jurídico pela Coleção “Teologia e Libertação” e secretaria os teólogos e teólogas empenhados na elaboração dos seus textos.

José Oscar Beozzo é padre teólogo, historiador da Igreja e coordenador geral do Cesepe. Informações sobre os cursos do Cesepe: Av. Brigadeiro Luís Antônio 993 sala 201, São Paulo/SP. Tel (011) 605-1680.

A SUA SOLIDARIEDADE NÃO NOS FALTARÁ!

UMA LEITURA DO SALMO 123

José Adriano Filho

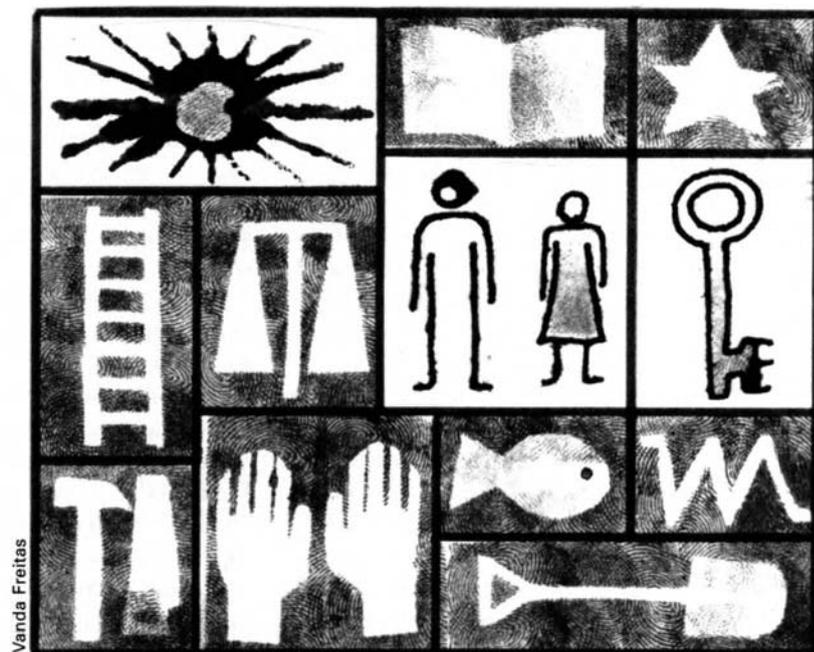
Nos salmos de lamentação encontramos vívidas descrições de desespero e de angústia dos suplicantes que comparecem diante de Javé. Nelas, a linguagem “pobre e miserável”, “perseguido e abatido”, “explorado e esquecido”, que descreve o suplicante, indica a sua marginalização; às vezes, à marginalização acrescenta a atividade dos inimigos.

Em situações de angústia, as pessoas compareciam diante de Javé e reivindicavam a sua ajuda. É que Javé, um Deus dos miseráveis e esquecidos, opõe-se aos poderosos e opressores, solidariza-se com aqueles que suplicam e age para salvá-los (1 Samuel 2.1-10). Encontramos uma situação como essa no Salmo 123, onde um grupo de pessoas, expostas ao escárnio e ao desprezo dos inimigos, suplica diante de Javé e reivindica a sua ajuda.

O Salmo 123 possui uma interessante dinâmica interna e apresenta duas partes. A primeira consiste nos versículos 1 e 2; a segunda, nos versículos 3 e 4. A expressão “tem misericórdia de nós”, no início do v.3, estabelece a ligação entre as duas partes.

A continuidade do pensamento entre os vv. 1 e 2 está demonstrada pelo “Eis” do início do v.3. Nele, as expressões “como”, “assim”, “até” indicam uma estrutura crescente. Apresenta também dois momentos: o primeiro, “como os olhos do servo”, “como os olhos da serva”, “assim os nossos olhos”; o segundo, “até que tenha misericórdia de nós”.

Os vv.3-4 formam a segunda parte do poema. Unidos pela repetição da



expressão “estamos cheios de desprezo”, apresentam uma estrutura crescente, marcada por três momentos. O primeiro, “Senhor, tem misericórdia de nós”; o segundo, “estamos cheios de desprezo”, e a última parte apresenta: para nós — “tem misericórdia”, para eles — “o desprezo”. São pólos opostos.

Podemos afirmar que, à luz dos vv.2-4, o pano de fundo da queixa desse salmo consiste num longo período de adversidade. Sua linguagem aproxima-se daquela de Neemias 1.3: “Os restantes que não foram levados para o exílio e se acham lá na província estão em grande miséria e desprezo”; 2.19: “Sambalá, porém, o horonita, e Tobias, o servo amonita, e Gesém, o arábio, quando souberam, zombaram de nós e nos desprezaram”. A situação dos que retornaram do exí-

lio mas não tiveram os sonhos concretizados provocou risos e escárnio em seus inimigos. Temos uma situação análoga no Salmo 123: a exposição ao ridículo e ao escárnio, a desgraça e a vergonha estão sobre a comunidade que suplica diante de Javé.

OS NOSSOS OLHOS ESTÃO EM JAVÉ

A primeira parte do salmo apresenta uma confissão, que se desdobra em duas partes: uma dimensão individual — “elevo os meus olhos”, e outra comunitária — “os nossos olhos estão em Javé, nosso Deus”.

Na Bíblia, a expressão “ergo os meus olhos” significa “olhar” (2 Samuel 13.34) ou indica “ansiedade”, “desejo”, “inclinação” (Gênesis 39.7). Os suplicantes olham para o céu, onde Javé está entronizado. Javé é o rei celestial, tem o seu trono no panteão dos

deuses (Salmo 82) e revela-se como Salvador poderoso. Israel, na sua história, reconhece em Javé o companheiro do seu povo.

O que foi dito no v.1 é explicado no v.2. O “olhar para Javé” é comparado ao olhar dos(a)s servos(a)s para a mão de seus respectivos senhores(a)s.

A palavra “mão” é usada em inúmeras ocasiões no Antigo Testamento. Quando empregada metaforicamente, seus matizes coincidem frequentemente com o significado de braço, indicando poder. Assim, “mão” refere-se ao poder de um homem que domina sobre outros homens (1 Crônicas 18.3), usa de violência (1 Samuel 23.7), castiga (Salmo 21.9), salva-se de uma situação perigosa (Josué 8.20).

Por sua vez, a expressão “mão de Javé” indica o seu poder irresistível e os atos que dele derivam (Salmo 32.4), a sua onipotência que se manifesta na criação e conservação do mundo (Isaías 45.12), na ajuda que Ele proporciona, na salvação que outorga (Neemias 2.8,18) e no castigo que inflige (Salmo 39.11). A expressão “com mão forte e braço estendido” indica especialmente o poder manifesto na libertação de Israel do Egito (Êxodo 6.1).

Nesse salmo, outro sentido para a relação entre mãos e olhos é aquele de dar o alimento, como na descrição do Salmo 104.27-28: “Todos esperam em ti que lhes dês de comer a seu tempo. Se lhes dás eles se fartam de bens”, e no Salmo 145.15-16: “Em ti esperam os olhos todos, e tu, a seu tempo, lhes dás o alimento. Abres a mão e satisfazes de benevolência a todo vivente”. O que esses versos dizem, ao comparar Javé à figura de um pai que provê o alimento, está também presente no Salmo 123.

Na continuação do salmo, subitamente a calma e a espera confiante são interrompidas. A súplica nos surpreende na forma como é apresentada.

ESTAMOS CHEIOS DE DESPREZO

A segunda parte do salmo apresenta uma súplica e a explicação para ela. A queixa, em forma de lamentação e tristeza. “Estamos cheios do desprezo dos acomodados” forma a situação para a súplica: o tratamento desprezível da parte dos inimigos produz um apelo direto e urgente a Javé.

A adversidade, descrita nos vv.3b-4, mostra insulto somado à injúria: “Estamos fartos de desprezo, a nossa vida está cheia do escárnio dos acomodados”. Aqueles que os desprezam não sofrem aflição, pelo contrário, estão em comodidade e soberba, assentados sobre suas próprias riquezas (Amós 6.1-6).

Em algumas passagens da Bíblia encontramos substantivos da raiz “ser alto”, em sentido positivo de grandeza e orgulho, sem a conotação negativa de arrogância (Jeremias 13.9; Isaías 4.2). Mas, quando se chama a Babilônia “jóia e orgulho dos caldeus” (Isaías 13.9), o termo já tem um matiz de orgulho e arrogância; o mesmo ocorre em Isaías 28.13, onde o profeta ameaça a Samaria, e em Zacarias 10.11, onde se anuncia a queda de Assur. A soberba e a arrogância são características dos ímpios. São eles os que perseguem os pobres com soberba, falam com altivez, seu colar é o orgulho, armam ciladas contra os justos (Salmo 10.2; 37.6).

É difícil suportar a opressão. Mas, aqueles que suplicam, cheios do escárnio e desprezo dos que estão acomodados, aguardam a ajuda de Javé. Sabem que só Ele pode salvá-los dessa situação. Quando Javé intervém de maneira imprevisível, até mesmo lançando desprezo contra os poderosos, a sua mão se revela de modo especial (Jó 12.21).

Resumamos o que há no ensino desse salmo e atentemos para a experiência nele refletida. O Salmo 123 apresenta um grupo de suplicantes que recorre a Javé reivindicando o direito de ajuda. Na sua declaração de confiança (vv.1-2) e petição (vv.3-4) está refletida a memória histórica de

Israel, que conhece e rememora os atos de salvação de Javé no passado. A confiança na intervenção de Javé, que sempre se manifestou em atos salvadores em favor do seu povo, é que os leva a comparecer novamente diante Dele, esperando a salvação.

Outro ponto que podemos destacar é que nesse salmo, bem como em outras partes da Bíblia, as lamentações “denunciam inimigos humanos ou demoníacos”. Elas são uma resposta “às estruturas de poder que se podem reconhecer neste mundo perturbado”, estruturas que quase sempre são as causadoras da ruína dos mais fragilizados da sociedade.

Apesar de todas as mudanças sociais e culturais, hoje também encontramos experiências de sofrimento como a que está nele refletida, talvez até de forma mais intensa, já que temos mecanismos mais sutis que causam o sofrimento. Hoje também nos deparamos com o cinismo e o silêncio cúmplice da parte da nossa sociedade e igrejas diante do sofrimento daqueles que são danificados pela sociedade.

Não podemos esquecer que a perspectiva do Salmo 123 é justamente outra. Nele encontramos um Deus que se solidariza com os pobres e miseráveis, que repudia os poderosos que não fazem o menor caso daqueles que estão sujeitos a uma situação de vulnerabilidade. A comunidade que comparece diante de Javé e reivindica a ajuda o faz porque conhece a história das intervenções salvadoras no passado, bem como sabe que o pecado contra o qual Ele intervém é específico: a injustiça e a opressão dos fracos pelos prepotentes.

A sua solidariedade não nos faltará!

José Adriano Filho é presbiteriano e colaborador de KOINONIA.

TEOLOGIA QUE SE FEZ ORAÇÃO

Carlos Cunha

ORAÇÕES POR UM MUNDO MELHOR
Walter Rauschenbusch
(Apresentação Rubem Alves)
Tradução Lídia Nopper Alves
Paulus, 1997

O autor está inserido no contexto de uma tentativa de recuperar e revisitar a Igreja que se tinha acostumado às catedrais e aos santuários e acabou por interiorizar certo medo ao lá-fora. Nesse ato de fechar-se, inventou providências para não se deixar invadir e, para abrir-se, fez exigências que excluíam os pecadores (dos malditos pecados individuais), mas acolhiam sem restrições os cúmplices pela desordem social (aqueles dos pecados sociais e estruturais). Em decorrência, a própria Igreja veio a tornar-se uma estrutura perigosa e pecadora.

Ao impulso de lideranças liberais como a de Rauschenbusch, emergiu o que se chamou de “evangelho social”. Para fundamentalistas e conservadores do passado e ainda hoje, “evangelho social” era sinônimo de heresia. A verdade, no entanto, é que essa luz do pensamento liberal que se preocupou com a justiça social e com o pecado estrutural nas relações entre capital e trabalho contribuiu, entre outras, para o encurtamento das horas dedicadas ao trabalho diá-

rio. E essa teologia, neste livrinho, se fez oração.

Na apresentação, Rubem Alves confessa: “Gosto de ler orações. Orações e poemas são a mesma coisa: palavras que se pronunciam a partir do silêncio, pedindo que o silêncio nos fale.”

Diante dos silêncios e do silêncio comprometedor da Igreja e de tantos ministros, o poeta-profeta passou a escrever orações pelas quais vão fluindo os desejos dele que vão sendo apresentados a Deus. Eis por que estas orações são clamores de serenidade e de angústia.

Por isso este livrinho (expressão carinhosa que coincide com o formato pequeno de bolso) é para ser lido e, lendo-o, se ir descobrindo nele uma teologia que revolucionou o final de um século e o início deste. Essa teologia, a grande mola da renovação da Igreja: o evangelho social a exigir a reconversão ao mundo que Deus ama.

É um livrinho para ser rezado também. Rezar é recitar como se faz com os poemas. Na contraposição a tudo o que é romano-católico, muitos protestantes, especialmente nestes nossos rincões, se recusaram a rezar. Preferiram a palavra “orar”. Seria uma espécie de improvisação. No entanto a maioria das orações “improvisadas”, “espontâneas” se cansam de repetir (rezar) chavões e frases feitas inteiramente vazias que foram sendo ouvidas aqui e ali e, na falta de criatividade, foram repetidas (rezadas).

Walter Rauschenbusch nos quer ensinar a rezar (repetir) os sentimen-

tos e desejos de corações aflitos por viverem em meio às injustiças e hipocrisias de um mundo às vezes hostil e, rezando, sabê-lo possível de ser menos hostil e ver-lhe os encantos e renová-los todos. Rezamos rezas de amor pelas crianças, pelos trabalhadores; pelos artistas, músicos, médicos, enfermeiras, juízes, inventores, advogados, legisladores. Orações pelos clérigos, pela Igreja, pelo Reino de Deus; pelos professores, pelos funcionários, pelas mães, pelos que vão morrer, pelos que nos vão suceder. Orações contra a guerra, contra as drogas, contra os adoradores do dinheiro, contra a impureza. Orações pelo mundo, pela cidade, pelo bem-estar comum. E orações para momentos especiais: manhãs, noites, refeições; pelos hóspedes.

A Paulus com este *Orações por um mundo melhor* contribui para o enriquecimento de cultos, de missas, de inúmeras outras celebrações em que os desejos que queremos rezar suprem uma enorme gama de oportunidades e de necessidades.

Ler estas orações ou rezá-las serve a nos reunirmos às expectativas e ansiedades de séculos da fé religiosa. É um livrinho para se ter à mão. Ajudará, em muitos momentos de perplexidade, a nos trazer de volta ao “Pai Nosso” que o próprio Jesus mandou invocar como ato de reconversão às origens dos nossos amores, o Paraíso que cada um deseja recriar.

Carlos Cunha é ministro protestante.

WALTER RAUSCHENBUSCH
ORAÇÕES
POR UM MUNDO
MELHOR
Apresentação de Rubem Alves



A Serviço da Vida e da Esperança



FRATERNIDADE E EDUCAÇÃO



CNEB • 1998

TEXTO-BASE CF-98

A Campanha da Fraternidade deste ano, promovida pela CNBB, interpela cada um de nós sobre a realidade da Educação em nosso país para avaliar acertos, falhas, limitações e novos desafios. Isto significa aperfeiçoá-la ainda mais, a fim de que seja promotora da dignidade humana e da verdadeira solidariedade. Está sendo proposto que a Campanha da Fraternidade do ano de 2000 tenha caráter ecumênico, com ampla participação de outras igrejas e da sociedade como um todo.